

EM TEMPO:

Publicação de responsabilidade da Tendência Interna do PT — DEMOCRACIA SOCIALISTA

VII Encontro Nacional

A consolidação da democracia



Pepe/Foton

PT
**Regulamentação
das tendências**

Collor
**A batalha da
privatização**

V.S.
**Mistificação
da história ?**

Marxismo
**Lenin: Para
além dos mitos**

Esta publicação é de caráter interno do PT, e dirigida e distribuída única e exclusivamente aos filiados do PT



Um marxismo crítico ao pesadelo stalinista e aos mitos da social-democracia

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Normal : Cr\$ 400,00 () Apoio: Cr\$ 800,00

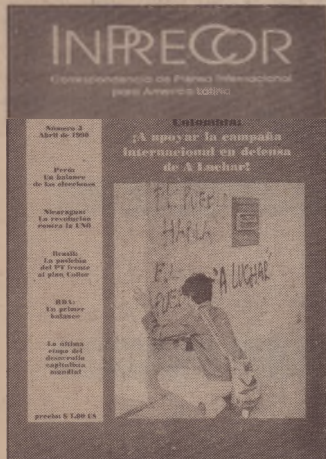
Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado _____

Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal à Fáblio Pereira dos Santos - Rua Artur de Azevedo, 556 - CEP 05404 São Paulo.



INPRECOR

Imprensa Internacional para a América Latina. Uma revista mensal de Informação e análise.

Para receber envie um cheque à Fáblio Pereira dos Santos no valor de cr\$ 100,00

R. Artur de Azevedo, 556 CEP 05404 - São Paulo

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da tendência Democracia Socialista do P.T.

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS nº 2.769

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda Rua Artur de Azevedo, 556, Pinheiros - São Paulo. CEP 05404 - Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031

Editorial

VII Encontro:

O Encontro Nacional do PT garantiu a proporcionalidade regimental, a regulamentação das tendências, o socialismo democrático e uma linha mobilizadora de oposição a Collor.

O sentido positivo do atual momento do PT - marcado simbolicamente pelo VII Encontro Nacional - só pode ser apreendido pela cuidadosa análise das posições adotadas pelo partido imediatamente antes e no próprio Encontro.

Uma visão que se restringe ao aspecto mais visível do acalorado debate que se deu no Encontro não é capaz, por si, de mostrar o sentido que caminha o PT - embora forneça pistas importantes do sentimento partidário.

Três aspectos da "paisagem" petista devem ser tomados como sinalizadores para os que, como nós, pretendem intervir revolucionariamente na construção deste partido.

O primeiro marco é o posicionamento face ao socialismo. Em meio à maré montante internacional no sentido de arquivar o projeto socialista em algum museu de antiguidades, o PT reafirma-se socialista e enfatiza um de seus valores mais caros, o caráter necessariamente democrático.

O segundo sinal é a afirmação predominante do caráter político da oposição ao governo Collor. Nos estados mais importantes prevaleceu uma política de alianças hegemônica pelo PT, vale dizer, com um sentido de oposição política radical.

A terceira seta é a vitória decisiva da concepção de democracia partidária expressa na incorporação da proporcionalidade em todos os níveis ao regimento. E junto, uma deliberação, ainda não devidamente valorizada, do Diretório Nacional, de regulamentação democrática do direito de tendências internas (ver pags. 4 e 5).

Proporcionalidade, Tendências, Direção

A aprovação por unanimidade da proporcionalidade regimental em todos os níveis e a legitimidade democrática conferida às tendências de caráter partidário consagraram a vitória de uma concepção de partido. Mais importante ainda, esta concepção ganhou um consenso partidário.

A afirmação desta concepção não é apenas uma decorrência do repúdio petista aos modelos burocráticos de partido, soterrados junto com o "socialismo real". É sim uma rejeição a tais modelos afirmando uma concepção de partido nascida da tradição

revolucionária socialista e duramente construída dentro do PT ao longo de seus 10 anos de existência.

Neste período, a concepção hoje vitoriosa bateu-se contra as concepções de caráter "monolitistas" e também contra concepções estreitas e dogmáticas de construção partidária (que por isso mesmo reduziam o PT a uma frente). Posições presentes no PT e não só no campo majoritário viam, por exemplo, as tendências como deformação. Em algumas delas, no seu regime de funcionamento interno, se excluía tanto a idéia de proporcionalidade como a de tendências (ou diferenciações legítimas internas). Outras, ainda, só muito recentemente aderiram a uma concepção de democracia partidária.

Assistimos, assim, também a superação coerente das defesas circunstanciais da proporcionalidade e a do direito de tendência em proveito próprio. Estas posições não conseguiram fundar no PT uma concepção duradoura de construção partidária. Hoje, tanto a proporcionalidade como a legitimidade das tendências partidárias são assimiladas e assumidas como inerentes à nossa concepção de organização e de construção partidária.

Estas duas idéias - enquanto concepção global de partido - têm um peso central na definição de um novo período de construção partidária. Definem uma dinâmica de construção democrática das posições e do rumo partidário e uma dinâmica de interpretação das várias partes constitutivas do PT em um mesmo projeto. Se esta condição já era um compromisso estratégico das principais tendências petistas, agora ela assume a condição de exigência partidária para todos e mesmo uma condicionante para a evolução positiva do conjunto e de suas partes.

Um destaque especial deve ser dado à regulamentação das tendências, que assumiu explicitamente um caráter integrador das tendências em relação ao partido, levou em consideração o estágio de construção do PT e mesmo as muitas indefinições programáticas ainda existentes (o que implica em conferir também legitimidade a posições de tendências inclusive nos pontos de indefinição ou insuficiência partidária). Ao mesmo tempo, estabeleceu corretamente um corte entre diferenças no interior de um mesmo projeto estratégico de partido (as quais se expressam

como tendências internas) e projetos globais de partido (que não se expressam como tendências mas como projetos concorrentes).

Na regulamentação das tendências adotada pelo DN superou-se tanto visões excludentes como visões que gostariam de reduzir o alcance das posições de algumas tendências à sua própria e rebaixada visão das questões estratégicas postas ao PT.

A concepção de democracia partidária que o PT definitivamente abraçou neste VII Encontro remove, por fim, barreiras à consecução do mais revelante aspecto da construção partidária: a plena integração, na direção partidária, das tendências que constroem o PT como partido revolucionário. Este processo, ganha agora um novo e decisivo alento. O projeto de construir o PT revolucionariamente, impensável como tarefa de uma só corrente, se reforça e coloca àquelas tendências e setores com esta visão a responsabilidade conjunta de transformar este objetivo em proposta de direção e de construção partidária.

O PT frente às suas tarefas políticas

Apesar de não ter sido uma questão destacada no debate do VII Encontro, é necessário registrar o avanço, ainda que bastante incompleto, na visão das tarefas políticas colocadas pela conjuntura aberta com a vitória de Collor.

As primeiras formulações adotadas pelo partido, estavam fortemente influenciadas por uma expectativa de uma estabilização política relativa do país e de uma possível reestruturação bem sucedida da economia. Esta expectativa majoritária apontava desdobramentos táticos com um sentido "defensivista" e informava também uma visão de política de alianças baseada na oposição e resistência ao Governo Collor

de um ponto de vista marcadamente institucional.

Já antes do VII Encontro, entretanto, eram alteradas estas definições, em vários encontros estaduais, "recolocando no eixo" a política de alianças (aliás, coerentemente com as resoluções do V Encontro Nacional, de 1987). Com exceção do Pará e Santa Catarina, não se adotou uma política de extensão da aliança do segundo turno da eleições presidenciais.

a consolidação da democracia

partido entendeu que, ao contrário do segundo turno - quando uma excepcional situação político-eleitoral definiu a hegemonia dos trabalhadores e possibilitou uma ampliação de leque de alianças - agora tratava-se de um novo processo onde se recolocava a disputa da hegemonia na oposição ao novo governo central.

Com esta deliberação enfraqueceu-se a idéia de delinear o eixo da oposição a collar privilegiadamente no campo institucional.

Quase simultaneamente, o Diretório Nacional apresenta ao VII Encontro uma resolução (na forma de emenda sobre conjuntura) apontando os sinais de instabilidade política do país, acentuando novamente que a marca deste período é a disputa global de projetos políticos de classe. Retoma com ênfase a necessidade da ação do PT para a reanimação do movimento de massas e, do movimento sindical.

A ausência de uma discussão de caráter estratégico - retirado das deliberações do VII Encontro - deixou a discussão das tarefas

reduzida a um plano mais imediato. Esta lacuna tem um efeito negativo tanto para a compreensão mais completa do momento como para a clarificação das ações prioritárias do partido. O enfiamento desta questão é, pois, uma das metas centrais do novo período de construção partidária.

Socialismo e Democracia

Todo o debate que antecedeu o VII Encontro ajudou a criar um fértil ambiente para que, consensualmente, o partido assumisse uma visão de socialismo radicalmente democrático. Em todas as tendências e setores, desde que as que historicamente se fundaram na luta anti-burocrática às que se originaram de dissidências críticas ao stalinismo, dos que vieram de experiência e pensamentos cristãos revolucionários aos que começaram a militância através do PT, todos coincidiram neste



O Novo Diretório Nacional

O novo Diretório Nacional expressa, na sua composição, uma importante mudança na correlação de forças entre tendências petistas. Compuseram-se quatro chapas: Articulação; Nova Esquerda e Vertente Socialista; Democracia Socialista, Força Socialista e Tendência Marxista; e Convergência Socialista e O Trabalho.

Mais que a proporcionalidade alcançada a cada uma das quatro chapas, esta composição indica, a nova situação relativa entre as tendências.

Evolução da composição do Diretório Nacional (1987-1990)

Tendência	DN/eleito 1987 (V Encontro)	DN/eleito 1990 (VII Encontro)
Articulação	50 membros	46 membros
Democracia Socialista	7 membros	8 membros
Vertente Socialista	11 membros	8 membros
Convergência Socialista	1 membro	5 membros
Nova Esquerda	7 membros	5 membros
O Trabalho	-	4 membros
Força Socialista	5 membros	2 membros
Tendência Marxista	-	2 membros
Coletivo Socialista(BA)*	-	1 membro
Dissidência Articul. (GO)**	-	1 membro

*Incorporado à chapa DS/FS/TM

**Incorporada à chapa VS/NE

Deve ser registrado, inclusive porque alterou a composição de votos do VII Encontro, a vergonhosa impugnação da delegação do estado do Rio de Janeiro. Usando o regimento "ao pé da letra", coisa que, se aplicada muitos dos Encontros estaduais (inclusive o de São Paulo) obrigaria a idênticas impugnações, a maioria negou representatividade aos delegados do Rio (embora reconhecesse o Encontro do Rio como válido).

Esta decisão manifestamente incoerente foi sustentada inicialmente pelas tendências Articulação (que, depois, frente ao recurso interposto pela delegação fluminense, orientou a abstenção), Vertente Socialista e Nova Esquerda. Algumas tendências "ganham" com a nova composição de votos do plenário do VII Encontro: Articulação (1 membro no DN) e Vertente Socialista/Nova Esquerda (1 membro a mais para a chapa).

ponto fundamental. Além disso, o PT afirma a incorporação da luta democrática à luta dos trabalhadores a partir de um ponto estratégico de vista anticapitalista.

O PT estabelece, assim, uma ruptura sem precedentes com tantas outras correntes ligadas ao movimento socialista que, frente ao desastre e à tragédia stalinista, caminharam progressivamente em direção à social-democracia.

É evidente que esta verdadeira conquista histórica do PT, realizada neste VII Encontro, não se deu controversia, tensões e mesmo incompreensões. E é evidente que o debate, em todas as dimensões, não está concluído. Continua. E em muitos pontos vitais. Esta condição, aliás, própria de um partido vigoroso como o nosso, não reduz em nada o alcance das resoluções tomadas.

Devemos, no entanto, localizar e qualificar o tipo de controvérsia teórica que ocorreu.

Em um ponto, principalmente a resolução apresentada pelo Diretório Nacional - e votada pelo Encontro em substituição às teses - concentrava divergência, que foram, entretanto, resolvidas positivamente.

A questão era a natureza dos regimes burocráticos: degeneração ou continuidade de processos revolucionários? Estas duas posições presentes no PT "duelaram" em toda a fase preparatória do VII Encontro.

Não cabe aqui resumir cada ponto de vista - dedicamos a

esta discussão grande parte deste número e EM TEMPO - mas apenas indicar o seu alcance para a evolução do PT. O questionamento da posição do PT frente a processo revolucionário - na medida em que os regimes burocráticos não seriam mais que uma continuidade daqueles - nos colocaria não só em confronto com a história (na verdade, com todas as resoluções protagonizadas pela classe operária) como em contradição com os processos revolucionários que se desenrolam na América Central e no mundo, e com a própria perspectiva estratégica que o PT coloca.

Esta visão que não tinha forças suficientes e, mais do que isso, que colidiria frontalmente com a própria natureza do PT, não se impôs. Ela se insinuou na proposta do Diretório Nacional em uma parte específica em que afirma a "convergência teórico-prática" dos burocráticos, procurando um flanco por onde pudesse passar a idéia de identidade entre a revolução e a burocracia. Exatamente esta parte - que foi alvo de contestação no próprio Diretório, mas por ele majoritariamente mantida - foi retirada da resolução VII Encontro por uma emenda substitutiva, afinal aceita sem debate em plenário. A emenda afirmava a identidade do PT "com a luta dos trabalhadores e dos povos por sua libertação e pelo socialismo, assumindo como sua tarefa a defesa dos diferentes processos revolucionários..."

Contraditoriamente, o Encontro não aprovou uma

emenda sobre Cuba, preferindo a comissão. Esta emenda ao mesmo tempo que registrava críticas ao processo cubano mantinha uma diferença de conteúdo entre Cuba e os países do "socialismo real" (justamente a visão de que em Cuba a revolução continua viva).

A palavra de Lula

Encerrando o Encontro, frente aos delegados e às delegações internacionais, o novo presidente do PT fez um de seus mais fortes discursos. Corajoso, como sempre, sustentado pela própria história e natureza do Partido dos Trabalhadores, escorado no positivo das resoluções que o VII Encontro acabava de tomar, Lula apresentou com especial vigor classista e revolucionário o conjunto de posições do PT.

Não se omitiu, para desconforto de alguns e entusiasmo de muitos, frente às polémicas ali travadas Repassou, rigorosamente, uma a uma. Inclusive em relação à "questão cubana": corrigiu a omissão da maioria (e a irresponsável intenção para posicionar o PT na defesa das conquistas revolucionárias em Cuba).

Foi um pronunciamento histórico. No seu conjunto, o discurso de Lula é uma peça inseparável da resolução do VII Encontro Nacional do PT. É um motivo de orgulho para os revolucionários petista.

REGULAMENTAÇÃO DAS TENDÊNCIAS INTERNAS

O Diretório Nacional do PT finalmente aprovou, em sua reunião de 20 de maio, a regulamentação do direito das tendências, tarefa que lhe havia sido designada pelo V Encontro Nacional, em dezembro de 1987. Elaborado por uma comissão do D.N. e tendo sua versão final redigida pela executiva nacional, a regulamentação encerrou uma longa disputa no interior do partido.

O PT é desde sua origem, é constituído por diferentes tendências internas. No entanto, a corrente majoritária sempre adotou uma postura ambígua frente a isso, considerando-se por muito tempo, como a única tendência legítima do partido, como o verdadeiro PT.

As demais tendências eram mais toleradas do que reconhecidas e seus direitos muitas vezes questionados ou negados.

De outro lado, várias correntes não tinham uma concepção correta de como se inserir na construção do PT, concebendo-o como uma "frente de esquerda" ou um "partido de massas institucional", que poderia ser importante mas se situava num plano distinto do PR, cuja construção se processaria em outro nível.

A regulamentação das tendências internas representa a superação das posições excludentes da "Articulação" de um lado, e o resultado de um longo processo de amadurecimento das correntes que antes não concebiam o PT como caminho

estratégico para a construção do PR, de outro. O conjunto das tendências do PT hoje se inserem como tendências internas orgânicas do partido.

Isso preparou o terreno para a aprovação tranquila da proporcionalidade regimental nas executivas em todos os níveis pelo VII Encontro Nacional.

A única questão ainda pendente é a situação da Convergência Socialista, que obteve um pré-reconhecimento do D.M., condicionado tanto a que neste mês que antecede sua conferência comece a colocar em prática as decisões da regulamentação como à aprovação, nesta conferência, da posição de adaptação do

funcionamento de sua tendência, aos termos da resolução.

Devemos agora tomar um cuidado suplementar: em um partido com a história e características do PT, que vai conviver com correntes diferenciadas por muito tempo, é indispensável garantirmos que haja um funcionamento partidário capaz de viabilizar a elaboração coletiva nas suas instâncias. As várias correntes representam diferentes sensibilidades, mas o centro político deve estar nos organismos de direção, evitando que eles se transformem apenas em palco da disputa de posições elaboradas pelas tendências.

João Machado

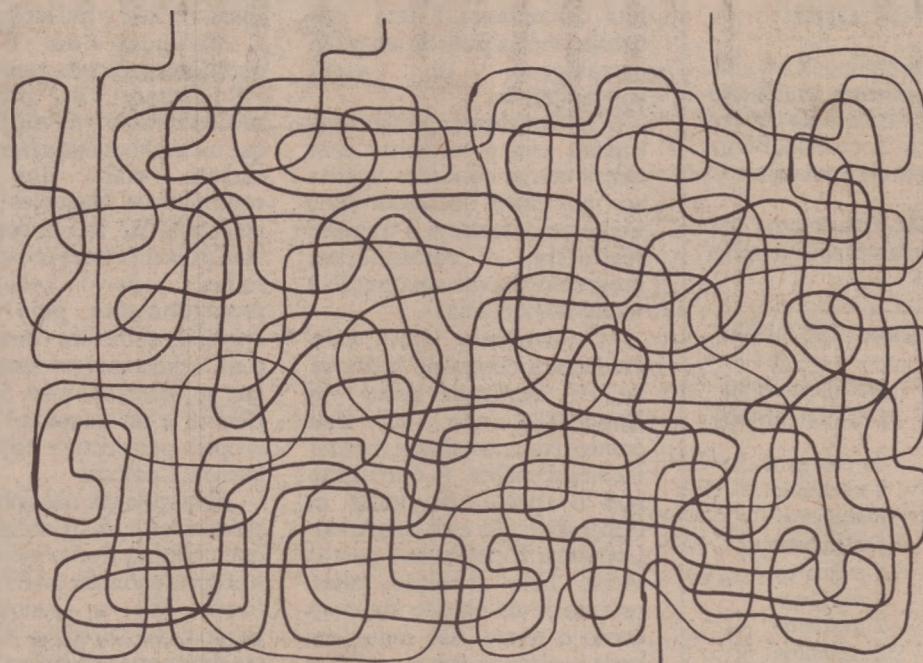
Natureza da Tendência Interna

1. A presente Resolução regulamenta a existência e a atuação das Tendências Internas do PT, com a base na Resolução sobre Tendências, aprovada no V Encontro Nacional, com as emendas aprovadas na Reunião do Diretório Nacional de 16 e 17 de janeiro de 1988, e incorporando, ainda, demais decisões sobre o assunto aprovadas nas instâncias orgânicas partidárias até o momento.

2. O Partido dos Trabalhadores é constituído por filiados individuais. O programa político, a organização e o funcionamento, bem como as atividades do PT, são as que constam do Manifesto de Fundação, do Programa, do Estatuto, do Regimento Interno e das resoluções aprovadas em Encontros e Convenções e nas demais instâncias de deliberação do Partido. Todos os filiados, sem exceção, devem submeter-se às disposições desses documentos. Serão aplicadas sanções previstas no Estatuto e no Regimento Interno às infrações cometidas por quaisquer filiados, sem exceção.

3. Filiados do PT podem constituir no interior do Partido, e com estrita obediência a esta regulamentação, um agrupamento para defender posições políticas e organizacionais e disputar postos nas instâncias e nos organismos do Partido. Um agrupamento dessa natureza é denominado Tendência Interna.

3.1. Uma Tendência Interna, portanto, é um agrupamento de filiados do PT, com atividade estritamente circunscrita ao Partido, e cuja existência,



funcionamento e atuação obedecerão rigorosamente a esta Regulamentação.

3.2. Os integrantes da Tendência Interna só podem ser filiados do PT, e sem exceção submetidos única e exclusivamente às regras e deliberações partidárias, bem como às normas disciplinares e éticas previstas no Estatuto e no Regimento Interno do Partido.

4. A Tendência Interna caracteriza-se por submeter-se ao programa e às resoluções do PT, por reconhecê-los explicitamente como partido estratégico na construção do socialismo e por diferenciar-se na defesa de propostas alternativas ou complementares relacionadas com aspectos parciais da política, da estrutura ou do

funcionamento do Partido.

4.1. A Tendência Interna diferencia-se radicalmente de organizações políticas autônomas externas ao PT, por este assim consideradas. O PT não admite a dupla filiação e a dupla militância dos seus filiados com relação a essas organizações autônomas.

4.2. Por construir-se como partido estratégico, com programa e organização aprovadas pelos seus filiados, o PT não se constitui numa frente ou numa federação de partidos ou de organizações.

4.3. A autonomia relativa da Tendência Interna não pode extravasar, sobe qualquer hipótese, os limites definidos por esta Regulamentação e por outras deliberações

sobre o assunto aprovadas nas instâncias orgânicas partidárias.

5. A Tendência Interna poderá adotar qualquer denominação - com exceção de "partido" - que a identifique e caracterize perante o conjunto de filiados do PT. Mas essa denominação deve ser precedida sempre da expressão "Tendência Interna".

5.1. A Tendência Interna dará conhecimento ao partido dos nomes de seus responsáveis.

Registro e Reconhecimento

6. A Tendência Interna, caracterizada de acordo com o capítulo precedente, solicitará seu registro à Secretaria Nacional de Organização.

7. Do pedido de registro devem constar:
a) denominação da Tendência Interna;
b) nome dos responsáveis pela Tendência Interna em nível nacional e estadual;

c) documento sintético com as principais linhas políticas e com a forma geral de funcionamento da Tendência;

d) compromisso com Programa, o Estatuto, o Regimento Interno, do PT e as resoluções aprovadas nos Encontros e nas instâncias do Partido;

e) compromisso com os termos e significado da Resolução sobre Tendências aprovada no V Encontro Nacional e com esta regulamentação.

7.1. Poderão acompanhar o período do registro a critério de cada Tendência, documentos políticos, resoluções, exemplares de publicações e outras informações consideradas relevantes.

8. O pedido de registro será examinado pela SORG, que em 15 dias encaminhará à Comissão Executiva Nacional um parecer a documentação.

9. No prazo de um mês, a partir de recebimento do parecer da SORG, a CEN pronunciar-se-á sobre solitação de registro e remeterá o processo ao Diretório Nacional para decisão final.

10. A aceitação final e integral no pedido do registro significa o reconhecimento oficial, pelo PT, da existência da Tendência Interna, e a CEN dará ampla divulgação desse fato.

11. Qualquer filiado do PT pode pedir reconsideração dessa decisão ao Diretório Nacional ou, em última instância, recorrer ao Encontro Nacional.

12. Se o pedido de registro não for aceito, os responsáveis pela Tendência Interna podem pedir reconsideração ao DN, ou, em última instância recorrer ao Encontro Nacional.

13. Modificações de linha política, funcionamento, e forma de atuação da Tendência Interna, bem como fusões ou auto-dissolução serão comunicados à SORG.

Com base em documentação apresentada por qualquer filiado, o DN poderá iniciar processo de cancelamento do registro de uma tendência interna.

15. Se, em última instância, o registro for negado ou cancelado, o agrupamento dissolver-se-á como Tendência Interna, e, no caso de não dissolução, seus integrantes devem optar formalmente pela sua desvinculação do agrupamento, para não incorrerem nas hipóteses de dupla militância.

Atuação

16. Nos termos dos itens 3, 3.1 e 3.2 desta regulamentação, a atuação da Tendência Interna circunscrever-se-á às instâncias, aos organismos e ao conjunto dos filiados do PT.

17. A expressão pública das posições do PT cabe exclusivamente aos dirigentes e às instâncias do Partido.

A Tendência Interna encaminhará à CEN exemplares dos documentos por ela produzidos.

Independentemente das posições assumidas por uma Tendência Interna, seus integrantes respondem individualmente perante às instâncias orgânicas partidárias e nos casos de infração à disciplina e a à ética nos termos do estatuto, do regimento Interno de demais Resoluções do Partido.

20. A Tendência Interna pode realizar publicações que estejam estritamente de acordo com esta regulamentação.

20.1 - As publicações da Tendência Interna serão dirigidas e distribuídas exclusivamente aos filiados do PT, com a finalidade de debate no interior do conjunto partidário e disputa interna de orientação e direção.

20.2 - As publicações da Tendência

Interna não poderão servir de base para a construção de uma corrente autônoma em relação ao PT e com ele concorrente.

20.3 - As publicações da Tendência Interna ostentarão com destaque na primeira página, logo após o título ou logotipo os seguintes dizeres:

"Publicação de responsabilidade da Tendência Interna do PT..." (denominação da Tendência Interna tal como registrada). "Esta publicação é de caráter interno ao Partido dos Trabalhadores e dirigida e distribuída única e exclusivamente aos filiados do PT."

20.4 - Ao tratar de temas sobre os quais já existam resoluções do PT, as publicações da Tendência Interna tomarão explícita essa circunstância, como condição para divulgar as divergências a respeito.

20.5 - Com base nessa Regulamentação e com divulgação de

tiver com sua atuação poderão ser cobertas com campanhas próprias de arrecadação financeira.

22.1. As campanhas financeiras de Tendência Interna terão caráter interno ao PT, não podendo substituir, nem se superpor ou contrapor-se à política financeira do Partido.

22.2. Contribuições financeiras que filiados fizerem a uma Tendência Interna não os desobrigam de seus deveres para com o PT, Nos termos das resoluções partidárias.

Relações Internacionais

23. A Tendência Interna poderá realizar contatos internacionais e participar de atividades com caráter de informação, discussão e intercâmbio, desde que seja feita prévia comunicação à Comissão

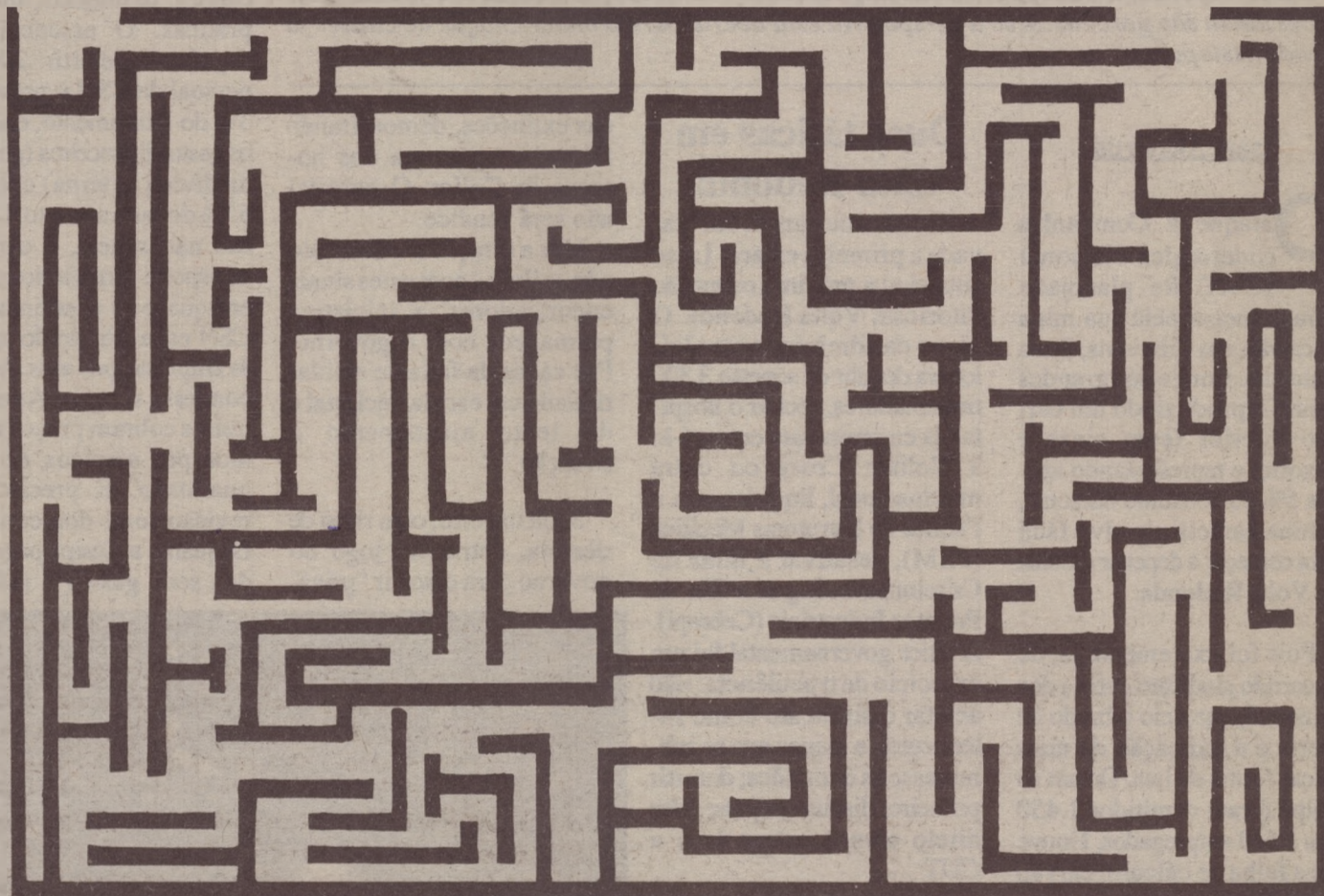
25. As propostas de realização de campanhas internacionais, ou de atividades internacionais que implicam em ação prática, serão submetidas previamente às instâncias do PT. O Partido poderá, então, a seu critério, adotar uma de três posições:

a) adotar a proposta como Partido, mas autorizar a que filiados o façam;

b) não adotar a proposta como Partido, mas autorizar a que filiados o façam;

c) considerar que a proposta é contraditória com as orientações do Partido, e negá-la, consequentemente deliberando que filiados do PT não devam implementá-la.

26. Os filiados do PT, independentemente de serem ou não integrantes de uma Tendência Interna, sempre se identificarão publicamente como petistas, e não como representantes de organismos internacionais.



suas razões, o DN poderá exigir dos responsáveis pela Tendência Interna que adaptem suas publicações às presentes normas.

21. A Tendência poderá ter escritórios ou locais para redação de publicações, dando-se ciência às instâncias de direção do partido.

21.1 - Os escritórios da Tendência Interna não se constituirão em sedes públicas que sirvam de base para a organização de uma corrente externa ao PT, a qual se dirija diretamente à sociedade autonomamente em relação ao Partido.

Finanças

22. Despesas que a Tendência Interna

Executiva Nacional do PT, especialmente à Secretaria de Relações Internacionais.

23.1. Nesses contatos, a Tendência Interna reafirmará sempre que as relações internacionais do PT são privativas do seu Diretório Nacional, através da Secretaria de Relações Internacionais.

24. Mesmo que integrantes de uma Tendência Interna que se identifique com orientações distintas de correntes internacionais, os filiados do PT acatarão as deliberações do Partido, em quaisquer questões de caráter nacional ou internacional.

24.1. Os petistas não se subordinarão à orientação de qualquer outro partido ou organização política, seja nacional ou internacional.

Disposições Transitórias

27. Por ocasião de Encontros, a Tendência Interna poderá apresentar posições e propostas de acordo com os regulamentos específicos dessas atividades.

28. De 21 a 31 de maio de 1990, o agrupamento já existente que quiser obter o reconhecimento como Tendência Interna, assegurando, assim, direitos e deveres correspondentes, dirigirá à SORG pedido de registro nos termos desta Regulamentação.

29. Esta Regulamentação entrará em vigor a partir de sua aprovação pelo Diretório Nacional.

O ALCANCE ESTRATÉGICO

A luta contra a privatização não pode limitar-se à resistência sindical. Impõe-se a ampla mobilização política, partindo da experiência da Frente Brasil Popular.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) já permite divulgar seu apoio ao Plano Collor. E o Banco Mundial (BIRD), e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e o Chase Bank mostram o que isto significa, na prática: estão organizando a participação do grande capital internacional na privatização das estatais brasileiras.

Fica cada vez mais claro, portanto, que a privatização é a entrega das estatais às multinacionais por conta da dívida externa, é a desnacionalização de setores vitais da economia nacional. O primeiro passo para encaminhar a privatização é o desemprego. As demissões em massa são exigência do FMI. É o disfarce da desmontagem de equipes técnicas brasileiras altamente qualificadas.

Acima de tudo, faz parte do desmonte de combativas concentrações operárias em áreas decisivas: metalúrgicos, eletricitários, ferroviários, petroleiros, químicos, etc. Sucatear as fábricas, dispersar os trabalhadores, desarticular os sindicatos são os grandes objetivos das demissões. Isto vem forçando a crescente resistência dos trabalhadores. A classe operária assume liderança da luta contra à privatização.

É uma responsabilidade política que exige unidade e mobilização na mais ampla escala. As ações ainda são parciais. Mas a perspectiva está aberta para o maior choque de classes já havido neste país.

Isaac Akcelrud

O ataque à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi planejado para começar pela sua mina de carvão, em Crisciúma, Santa Catarina. Longe dos grandes centros, produzindo um carvão inferior (com cinza e enxofre) e representando apenas 5% do consumo nacional, a mina parecia um alvo fácil para começar a depenar a Usina de Volta Redonda.

Pois foi exatamente lá, de aguerrido sindicato cutista dos mineiros, que veio o brado de alerta e a indicação da mais eficaz forma de luta. De um só golpe foram demitidos 1.450 dos 1.540 empregados. Houve uma falha de cálculo: carvão quer dizer emprego. A mina da CSN é 60% da reserva! Demitiram mil, mas desafiaram e ameaçaram 300 mil empregos na região. O protesto transformou a assembléia sindical em passeata apoiada pela população.

A passeata desembocou na ocupação da mina e dos escritórios. Foi estabelecido pelos trabalhadores o seguinte programa: denúncia para mobilizar a população local e a opinião pública no país; exigir uma política carbonífera, mas não esperar pelo governo e elaborar um projeto próprio; anulação das demissões; comissão de técnicos sob o comando do sindicato.

Duas táticas em Volta Redonda

Na mina de carvão foi criada a primeira estaca. Lá se anunciou a próxima ocupação vitoriosa: Volta Redonda. O plano da administração Collor era demitir de sopetão 3.300 trabalhadores, fechar o hospital da empresa para entregá-lo à Golden Cross ou outra multinacional, liquidar com a Fábrica de Estruturas Metálica (FEM), desativar a mina de Crisciúma, extinguir a Cia. de Projetos Industriais (Cebrapi). A tática governamental foi um exercício de truculência: não aceitar o sindicato como interlocutor, a menos que se submetesse às demissões; demitir primeiro, discutir depois; falar direto com a categoria e a CUT

A tática do sindicato presidido por Vagner Barcelos, sob a bandeira da resistência, se barcou num plano de três pontos: manter o emprego e o salário, contra a privatização e salvar a CSN da falência. Na prática, isto se traduziu em assembléias massivas, atos públicos de denúncia e no 1º de Maio de Resistência, convocando os trabalhadores de todas as estatais.

De saída, a defesa da Cebrapi consolidou a aliança já existente entre os sindicatos dos Engenheiros e dos Metalúrgicos, estreitando a ligação com a intelectualidade e as camadas médias da população. A Cebrapi foi retirada da lista

das extinções, demonstrando falta de segurança dos homens de Collor. O hospital não será vendido.

Mas a direção do sindicato não se iludiu com estes sinais encorajadores: a iniciativa permanece com o governo. Por causa da falta de solidariedade em escala nacional e do lento ajustamento à situação.

Seria um erro, com risco de derrota, entrar no jogo do governo para discutir "priva-

tização contra estatização". Foi lançada a alternativa com um Plano de Saneamento da CSN com o apoio dum grande conselho local - o Fórum Sindical-Popular. É um desafio ao ministro Ozires Silva, do Planejamento, que disse: "vamos privatizar porque não é possível sanear a empresa".

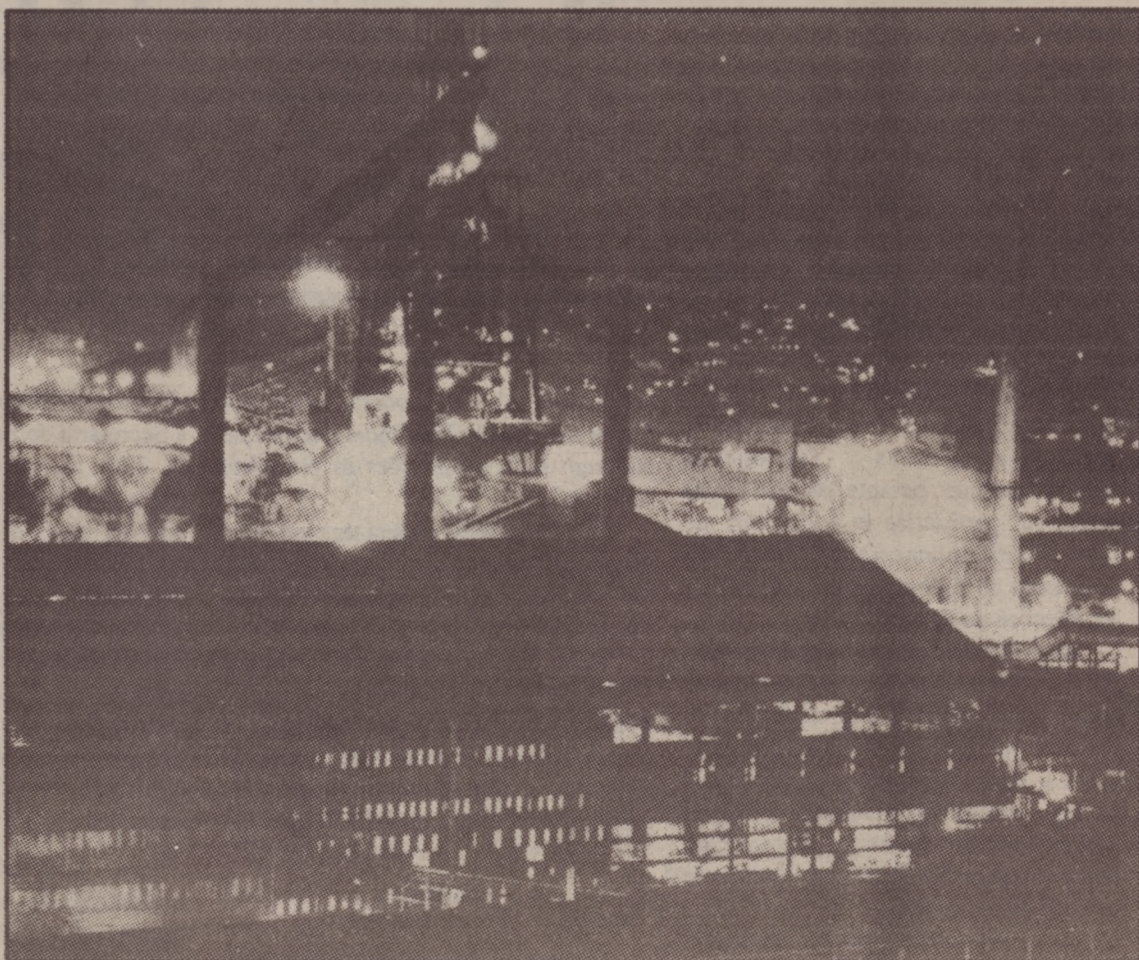
Alternativa operária

O Plano articula reivindicações, denúncias, medidas práticas. O essencial é o seguinte: demitir 20% do pessoal da CSN representaria 3% do faturamento, enquanto os gastos financeiros (por causa da dívida externa) chegam a 65% do faturamento. Demissão não saneia, o cartel do transporte ferroviário na CSN enriquece os apadrinhados, a CSN paga o triplo do cobrado às empresas privadas. Acabem com essa sangria. As empreiteiras cobram preços altíssimos por serviços de baixa qualidade. É preciso uma revisão total dos contratos. Enquanto a Cesipa paga 3,2% dos seus gastos à máfia da

saúde, o hospital da CSN absorve apenas 1,8% das despesas finais. Portanto, manter o hospital. Os amigos do governo, há muito tempo, recebem cotas de aço a preço de favor. Portanto, acabar com o apadrinhamento. É preciso uma nova política de compras com supervisão dos trabalhadores, pois a CSN compra insumos dos apadrinhados a preços acima do mercado. Outro desperdício é a perda ou venda a preços abaixo do mercado dos subprodutos da empresa. A FEM é lucrativa, produz estruturas metálicas para a construção civil e tem tecnologia própria para construir plataformas marítimas. Não deve ser privatizada, portanto.

Dois pontos essenciais se destacam: há excesso de gente muito bem paga em cargos de chefia. Demitam por aí.

A defasagem dos preços de aço transferiu da CSN para as multinacionais cerca de cinco milhões de dólares, o dobro da dívida da empresa que, na realidade, não deve coisa alguma, é credora.



A cidade operária volta a ser o centro das atenções no movimento sindical

DA DEFESA DAS ESTATAIS

Ocupação e vitória

Ocupar era a única maneira de negociar e derrotar a tática da truculência governamental. Isto foi decidido em assembleia a céu aberto com a participação do Fórum Sindical-Popular. Volta Redonda exporta a experiência positiva das grandes assembleias conjuntas de Sindicato com as organizações populares.

Os trabalhadores entraram na fábrica cantando a Internacional. "Só sairemos se o governo negociar com o sindicato". Um Comitê Democrático de Convencimento fez o arrastão. A assembleia no pátio principal da fábrica decretou a paralisação.

A diretoria recuou: das 3.300 demissões desceu para 1.375 licenças remuneradas e aceitou o sindicato como interlocutor e a discussão do plano de saneamento de dez pontos.

Na realidade, é uma trégua. A luta ainda é parcial e corporativa. O saldo positivo foi demonstrar a eficácia da ocupação.

Ferrovários: vitória em toda linha

A greve dos ferroviários e do metrô, no Rio, depois de quase uma quinzena de paralisação, alcançou expressiva vitória. Foi prorrogado até agosto o contrato coletivo de

trabalho, o que dá estabilidade aos efetivos da empresa até essa data. Em contraposição, a rede ferroviária teve que adotar a decisão de demitir, a partir de 1º de junho, os militares reformados (quase 300 parasitas), os aposentados recontratados e um número ainda não definido de ocupantes de "cargos de confiança".

Está suspensa a demissão em massa de 10.894 ferroviários da rede e 7.650 da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), à espera da definição dos critérios de demissão. Quer dizer, os ferroviários ganharam tempo. O ponto negativo é a perda da estabilidade conquistada na greve de 1986.

Nesta luta, os ferroviários avançaram na experiência da unidade pela base, embora a precariedade do entendimento entre cutistas e a CGT. A rede explora essas dificuldades, procurando tratar com a CUT e CGT em reuniões separadas.

Foi assim que conseguiram golpear a estabilidade. Mas a pressão da base reduz o campo de manobra dos vacilantes líderes cegetistas.

A greve demonstrou sua eficácia na defesa de salário e do emprego e, a partir daí, melhorou as condições de luta contra a privatização que começa com as odiosas demissões.



Estado de greve no petróleo

Em sucessivas notas públicas, a Sindipetro RJ denuncia a projetada demissão de 16 mil funcionários da Petrobrás: no primeiro trimestre deste ano, o lucro da empresa foi de US\$ 224 milhões, ou seja Cr\$9,53 bilhões. Onde está a "difícil" situação financeira?

Há mais ainda: os subsídios da nafta (para os grandes capitalistas e multinacionais) e do álcool (em benefício dos latifundiários) custam mais à empresa do que toda sua folha de pagamento. O subsídio do álcool chega a 650 milhões de dólares. Com a nafta, a Petrobrás foi lesada em 4 bilhões de dólares.

E muito mais: foram demitidos ilegalmente 252 técnicos para cuja formação a empresa investiu 10 milhões de dólares. Ao mesmo tempo, se contrata mão de obra suplementar através de empreiteiras.

O governo tenta inviabilizar a Petrobrás. A cobiça das

multis é a Petrobrás. Este é o coroamento das privatizações.

Greve: quem recuou?

Marcada a greve nacional dos petroleiros, o governo optou pelas seguintes medidas: face truculenta para efeito externo, com ameaças de demissões e de ocupações militares das refinarias; internamente, um recuo tático, reduzindo as demissões para apenas três mil, dos quais dois mil em fase aposentadoria, afetando ao mínimo a área da produção.

Com esse recuo, a diretoria alimentou as vacilações das lideranças da CGT que abandonou a luta. Restou um fato concreto - o recuo do governo.

A CUT reagiu com agilidade. Foi mantido o estado de greve. A trégua momentânea permite articular o movimento mais solidamente e engrená-lo com a greve geral convocada pela CUT, quando será possível somar as grandes paralizações numa única torrente nacional.

Isto é que é um pelego

A convocação da greve geral e, nesse contexto, a greve dos petroleiros, desencadearam tensões que definem e destacam o triste papel anti-operário de Luiz Antonio Medeiros, o pelego mor.

O jornalista Luciano Suassuma (Estado de São Paulo, 6/6/90) informa sobre as manipulações de Medeiros através dum certo "Comitê Nacional de Regulamentação do Capital e do Trabalho". Ele propõe à ministra Zélia um "contrato coletivo", prevenindo até reposição de perdas, tudo imposto de cima para baixo. O verdadeiro objetivo é assim descrito pelo repórter do matutino burguês:

"O governo tenta, com a idéia, esvaziar o movimento sindical e, ao mesmo tempo, dar um golpe na proposta de lei salarial (...) até agora conduzia pela oposição (...) Fortalecido com a adoção de suas sugestões, Medeiros poderia se comprometer a esvaziar, por exemplo, a greve geral dos petroleiros - ele controla nove sindicatos na área e a CUT oito.

O jornalista ajunta que com o mesmo objetivo de esvaziar a greve geral, a ministra recebeu ontem o empresário Emerson Kapaz, do Pensamento Nacional de Bases Empresariais".

É isso aí: a política trabalhista do governo não está com Magri, mais com a dupla Zélia-Medeiros. Seu objetivo declarado é exposição o movimento sindical.

Tá no coração

PRIVATIZAÇÃO

NÃO!



RUMO AO
1º DE MAIO

CUT

EMPREGO - SALÁRIO
CAMPANHA SALARIAL 90

A vertente política

Esta batalha não começou com o Governo Collor que apenas continua a fazer o mesmo que seus antecessores. Há muitos anos procura-se desgastar as estatais ante a opinião pública. Os governos das classes dominantes no Brasil promoveram a estatização da dívida externa (em torno de 90%) e agora querem privatizar as estatais para abater no débito com o imperialismo.

Da mesma forma, a luta contra a privatização não começou agora. A campanha contra a desnacionalização de setores estratégicos, como energia e comunicações, esteve em evidência em toda a década de 80. O movimento de Defesa das Estatais tem insistido na seguinte linha de ação: programas alternativos e seus responsáveis, mobilizar os mais amplos setores da população.

Agora, porém, o embate chega a seu ponto crítico e assume a forma e o conteúdo dum gigantesco confronto de classe. A luta contra a privatização tem que desenvolver sua vertente política e não pode limitar-se à sua resistência sindical. É hora duma mobilização partindo da rica experiência da Frente Brasil Popular. Para ganhar.

A greve geral, sua dimensão política

O papel da CUT face ao esquema Collor-Magri de controle do movimento operário

Bastaram dois meses e meio para que o movimento operário e popular fosse capaz de recompor suas fileiras, recuperar a auto-confiança e retomar o caminho de combate independente de classe, assumindo um confronto global com o governo Collor.

O novo embate se caracteriza e define pela mobilização do conjunto dos trabalhadores através da convocação da greve geral para o dia 12 de junho. O choque de classe se verifica num momento de crescentes dificuldades para a viabilização da política econômica do governo. O diagnóstico de "hiperinflação" para a crise, sob o governo Sarney, é substituído pelo de "crise recessiva com inflação branda, com forte arrocho salarial combinado com desemprego em massa".

Estamos num limiar dum novo capítulo da luta de classes no Brasil.

Pedro Alcantara

A ministra da Economia já ameaça abertamente com a recessão programada pelo governo para impor o arrocho salarial. Com isso, toda a população é atingida. Mas o objetivo do governo, um objetivo de classe, é atingir os setores mais organizados que conquistaram um nível surpreendente de autonomia e madureza política, a ponto de construir uma alternativa real de poder para o conjunto da sociedade.

O que Collor pretende é a dispersão e a desmobilização dessa força social em ascensão no país, para que a burguesia possa quebrar resistência básica às suas tentativas de estabilização de novas formas de dominação, desde de 1964/1984, inclusive a "nova república" de Tancredo/Sarney. Para tanto, Collor precisa

combinar a recessão econômica com uma reconstrução do esquema do controle do movimento operário. Tenta montar uma nova fórmula e um esquema refinado do peleguismo. Conta com o Ministério do Trabalho recauchutado e com a não desprezível estrutura sindical ancorada na Confederação Geral dos Trabalhadores, a CGT-Magri, e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, de Medeiros.

Em busca de legitimidade, a

Disputa da hegemonia

A CUT só alcançará a necessária desenvoltura política e audácia na ação mobilizadora abrangente do movimento operário e popular, senão perder de vista o que há de mais duradouro no confronto - a disputa da hegemonia no movimento sindical por todo um período da luta de classes no Brasil.

A retomada das mobilizações cada vez mais maciças e ousadas

debilidades mais evidentes até aquele momento (25/05/90). Mas está claro que se faz necessário aprofundar a análise para que nos demos conta das novas dimensões das tarefas já colocadas. Em primeiro lugar e acima de tudo é preciso afirmar incisivamente que esta greve tem um alcance político e vai muito além da disputa entre alternativas salariais "provisórias" versus "livre negociação", como pretende a CGT.

no enfrentamento global, com a burguesia - o que acabará envolvendo rapidamente todas as formas orgânica sindicais, partidárias, comunitárias, científicas, religiosas, profissionais, setoriais, etc. Esta perspectiva exige o máximo de ênfase, vigor e audácia muito maiores do que até hoje demonstradas.

Projeto Collor-Magri

Não podemos permitir que o choque se verifique entre a estrutura do Ministério do Trabalho/CGT-Magri e a atual estrutura da CUT, pois neste quadro de vantagem será do braço sindical da burguesia montado pelo governo Collor.

Magri planeja a sindicalização paternalista de milhões de "descamisados" e "pés descalços", que não se incorporam ao processo de auto-organização do setor mais avançado neste último ano. A idéia do Banco dos trabalhadores (Com dinheiro da Previdência Social e do Imposto sindical) ou a idéia do Cartão de crédito (a exemplo dos sindicatos ingleses) são elementos de atração desses trabalhadores para os sindicatos da CGT/Magri e combinação com reconhecimento dos sindicatos que "quebram" a base cutista.

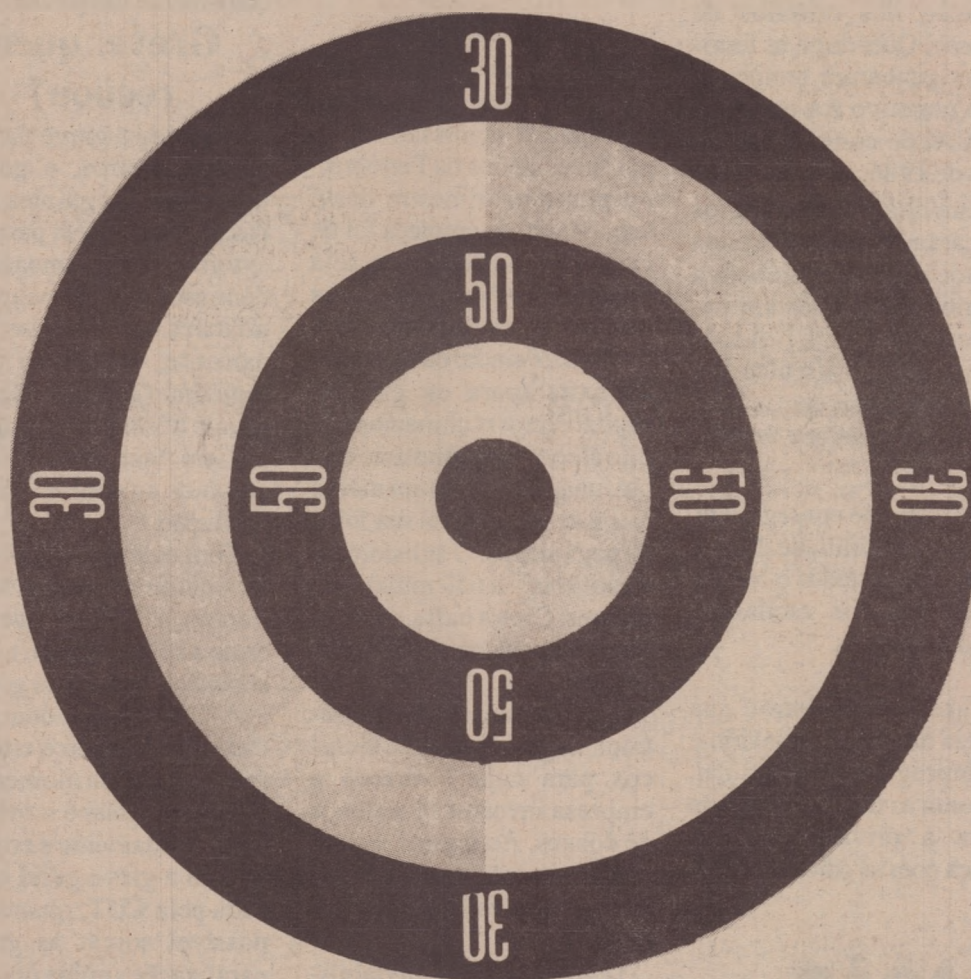
O decisivo para a CUT é avançar no projeto absorve e destaca a luta política e não a rivalidade entre estruturas. Isto significa para a CUT:

1) ampliação radical do espaço democrático dos sindicatos, abrindo-se para o domínio das bases sobre as direções; fim do hegemonismo dum só posição, qualquer que seja ela; adoção da proporcionalidade qualificada e dos rodízios nos cargos;

2) fim do imposto sindical, não permitindo a direção alguma usar qualquer parcela dele.

Sem a força da atração da política viva, de massas, a CUT ficará em desvantagem no confronto com o projeto Collor-Magri e corre o risco de vir a perder terreno.

No momento, Collor e seu preposto Magri ainda não podem acionar ofensivamente o seu dispositivo contra o setor combativo do movimento sindical. Mas já se percebe o ruído de suas ações subterrâneas. Ainda há tempo para a CUT contra-atacar.



CGT-Magri assina a convocação da greve geral, "em defesa dos salários, da reposição das perdas, contra a recessão e as demissões; em defesa das estatais, do patrimônio e do serviços públicos", subscrevendo os termos da CUT. Magri tenta desmarcar-se em relação à recessão, adotando a tese da política salarial "provisórias" como alternativa à "livre negociação" do governo Collor ao qual pertence. Medeiros é obrigado a criticar a própria política econômica e a postura de Magri.

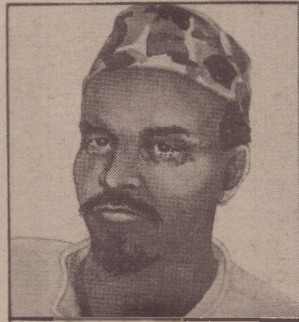
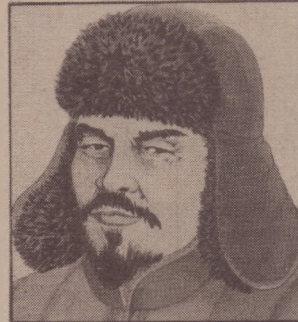
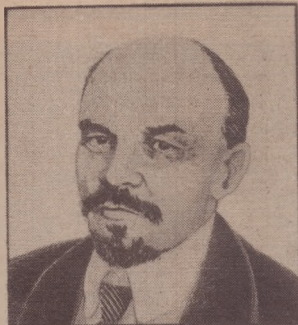
Mas estas aparências não iludem ninguém.

no setor das estatais e dos serviços públicos, dos metalúrgicos do ABC paulista do setor bancário privado, matém a distancia anterior ao período Collor, quando os setores publicos apresentavam-se mais dispostos à luta grevista. As resoluções da plenária dos movimentos em defesa das Estatais e do Comando Nacional dos Bancários, marcando greves para a mesma data, bem como as numerosas greves e manifestações de massa no mesmo período sensibilizaram a executiva da CUT para a atualidade da greve geral.

A resolução aprovada representou a superação das

Esta greve geral é um momento fundamental para a disputa, que o movimento operário e popular vem travando desde os anos 70, pela hegemonia política e ideológica da sociedade. A alternativa já foi formulada e exposta de forma mais completa ao longo da campanha política do anos passado. Agora, esse programa tem que ser divulgado, debatido exposto e assimilado por milhões de explorados e oprimidos brutalmente atingido pela política recessiva do governo Collor.

A CUT tem que se coloca firmemente à testa do movimento grevista, para ocupar seu posto



LENIN:

para além do mito

Lenin é derrubado das praças de Bucareste, tira-se seu nome dos estaleiros de Gdansk e seus livros já não são populares como há vinte anos atrás. Mesmo no Brasil, cujo dinamismo da luta de classes tradicionalmente fechou o espaço para as posições anti-leninistas dominantes entre os intelectuais europeus, Castoriadis parece estar fazendo um sucesso tardio em certas tendências do PT.

Alguma coisa boa pode advir disso. O culto a Lenin, inaugurado por Stalin em seu funeral, como primeira cerimônia da nova religiosidade de Estado, pode ser finalmente destruído. Que desapareça o culto, com todos os seus ícones e livros sagrados, para que possamos, para além dos mitos, ler a obra de Lenin!

Há riscos, é certo, nestes tempos de superficialidade e preguiça intelectual, de consumo de clichês, em meios pouco afeitos à atividade da crítica teórica e pouco informados, mas o desafio está posto para todos. Dai podem resultar bons frutos para o PT e suas tendências.

principal mérito foi o de saber aprender com a experiência.

A formação do marxismo russo

Lenin não foi um gênio que nasceu com suas teorias prontas e um sistema já montado, mas um dirigente que aprendeu com a experiência. Para ele, como para toda sua geração, a experiência fundamental foi a revolução russa de 1905/7. A configuração básica de sua visão de mundo só começou a se estabilizar a partir desta época, sendo bastante alterada em 1914, sob o impacto da guerra e, naturalmente, enriquecida pela experiência da revolução de 1917.

Lenin surgiu como indivíduo politicamente consciente no movimento socialista russo da década de 1890 do século passado, que se desenvolvia então em circunstâncias bastante diferentes daquelas vigentes alguns anos depois, em 1905/07. Seus primeiros textos políticos criativos, que refletem uma percepção estratégica distinta da então dominante, surgiram cedo, em 1902/4, mas uma nova compreensão teórica sistemática só se desenvolveu muito depois, entre 1914 e 1917. Suas novas concepções foram inicialmente pensadas dentro dos marcos das velhas conceituações teóricas correntes na social-democracia russa.

É impossível compreendermos a obra de Lenin se não a analisamos a partir do método marxista, como produto social e histórico, com sua gênese e desenvolvimento particulares, como parte de um processo de elaboração que só muito tarde ganhou um caráter sistemático. É por isso que Pierre Rousset - cuja análise do desenvolvimento do marxismo russo forneceu os elementos centrais para a elaboração deste panorama da evolução de Lenin (1) - caracterizou-o como um "empirista consciente", um teórico e dirigente cujo

A Rússia era, no final do século XIX, uma sociedade em profunda e acelerada transformação. Lenin qualificou a Rússia, no período da guerra, de um país imperialista. A análise mais abrangente de que dispomos hoje, a de Teodor Shanin, aponta em outro sentido (2). Existiam duas potências atrasadas na Europa no final do século, antes da passagem do capitalismo para sua fase monopolista: a Alemanha, que evoluía no sentido de se tornar um país imperialista moderno, e a Rússia, que se transformava em um "moderno" país dependente. Esta era uma formação social bastante complexa - que viveu seu primeiro surto de industrialização entre 1892 e 1902 e reintegrou, neste processo, velhas estruturas socio-econômicas, políticas e ideológicas, num processo de desenvolvimento profundamente desigual e combinado.

O marxismo surgiu na Rússia com a ruptura de Plekhanov com o movimento populista em torno do grupo A Vontade do Povo (3). Este foi, nas décadas de 1870 e 80, o mais importante movimento revolucionário da Europa. O marxismo russo se formou não apenas em contraposição ao populismo, mas igualmente assimilando muitas de suas tradições, virtudes e debilidades.

A obra de Plekhanov, o "pai" do marxismo russo, como também a da segunda geração do movimento (figuras como Lenin e Martov) representou, até a formação do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR), em 1898, a ruptura teórica com as concepções populistas (4). Toda a reflexão de Lenin entre 1888 e 1899 foi o melhor exemplo disso.

O marxismo foi difundido no país em torno de uma formulação evolutivo-mecanicista da revolução russa. Quatro relações de determinação expressavam uma

visão da história entendida como caminho linear do progresso, determinado pelo desenvolvimento da economia. Elas podem ser resumidas da seguinte forma:

1. Um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas (atrasado) → A expansão de dadas relações de produção (capitalistas)
2. Esta expansão das relações de produção (capitalistas) → A natureza da revolução (burguesa)
3. Esta futura revolução (burguesa) → Sua classe dirigente (burguesia)
4. A conclusão política: o papel limitado atribuído ao partido proletário marxista nesta conjuntura histórica e a perspectiva de duas revoluções diferentes (burguesa e proletária).

"O problema é que o curso real da revolução russa contradisse o caráter determinista de todas estas quatro relações mecanicistas. Um aspecto chave da história do marxismo russo é então compreender como e quando cada um destes componentes foram rompidos (ou não), compreender como os marxistas aplicaram uma abordagem dialética das realidades russas." (5)

Esta concepção evolutivo-mecanicista da história, que dominou a primeira fase da formação do marxismo russo, não era, entretanto, a posição de Marx e Engels sobre a Rússia.

Marx e Engels pensavam, após a derrota da Comuna de Paris, em 1871, e o desenvolvimento do populismo russo, que a revolução na Europa poderia começar aí. Marx chegou, inclusive a aprender russo, no fim de sua vida, para estudar melhor o país. Suas conclusões, amplamente documen-

tadas, eram claras e davam razão aos populistas contra aqueles que se reivindicavam do marxismo. Elas colocavam a possibilidade ou de uma revolução socialista então (antes da consolidação da burguesia) ou em um futuro distante (após uma ampla industrialização).

O curso real da revolução não seguiu, porém, nem as hipóteses traçadas por Marx e pelos populistas, nem a dos primeiros marxistas russos. Entretanto, é importante levantarmos este ponto para destacar a contraposição entre a concepção aberta, multilinear, da história de Marx e Engels, e as concepções unilineares da primeira fase do marxismo russo, que "esqueceu" as posições dos fundadores do marxismo. (6)

Plekhanov jogou um papel positivo em vários aspectos: na tentativa de construir um partido operário na Rússia

Notas

(1) Pierre Rousset - *The formation of the russian marxism*. Working Paper # 2. Amsterdam, IIRF/IIRE, 1988

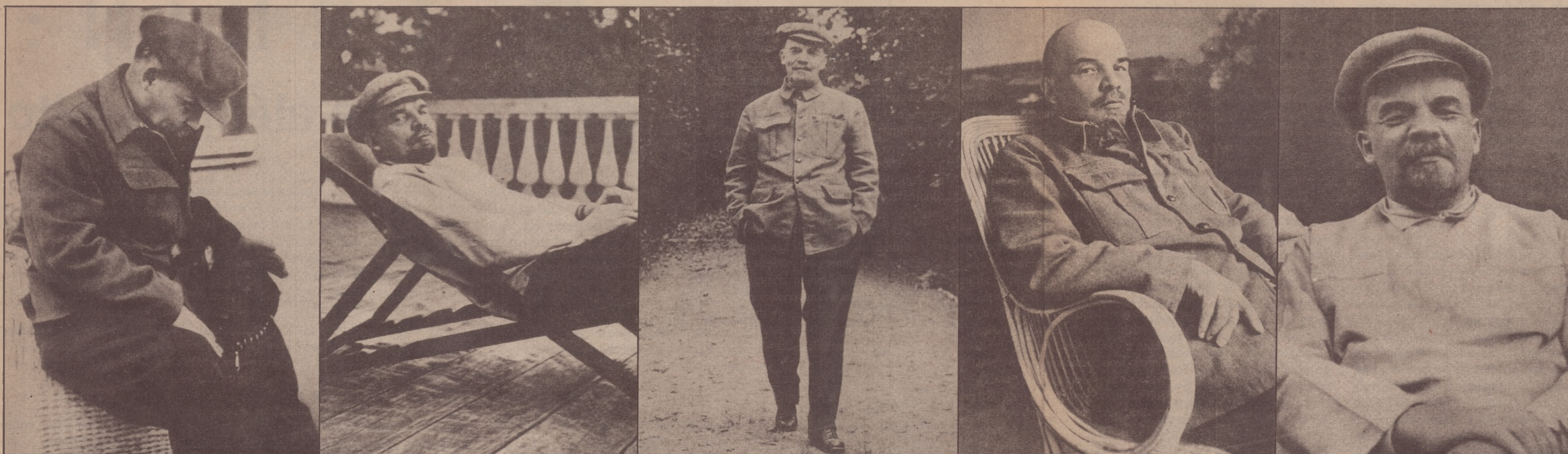
(2) Teodor Shanin - *Russia as a 'developing society'*. Vol. I - "The roots of otherness: Russia's turn of century" e Vol. II - "Russia, 1905-07: revolution as a moment of truth." London, MacMillan, 1985. Esta é mais inovadora e importante obra sobre o tema, elaborada a partir da preocupação de captar as particularidade "nacionais" do desenvolvimento revolucionário russo. Perry Anderson - *Linhagens do*

Estado absolutista. SP, Brasiliense, 1985, oferece uma boa síntese introdutória sobre o tema.

(3) É importante lembrarmos que o termo populista aqui empregado nada tem a ver com o populismo que se desenvolveu na América Latina. O populismo russo foi o movimento de "ida ao povo", isto é, ao campesinato, pela intelectualidade radicalizada.

(4) Samuel Baron - *Plekhanov. El padre del marxismo ruso*. México, Siglo XXI, 1976.

(5) Pierre Rousset - op. cit.



atrasada; na introdução da análise das classes no país; na crítica das táticas terroristas dos populistas; etc. Mas sua concepção de revolução era rigidamente etapista. A primeira revolução seria burguesa. Tudo que poderia ser alterado era o ritmo do processo, com o proletariado auxiliando na realização da revolução burguesa.

O processo de formação do "leninismo" foi para o marxismo russo a superação do "plekhanovismo". Esse processo começou a se desenvolver a partir da experiência "fundadora" da revolução de 1905/07. Mas ele só se concluiu em 1914 quando Lenin rompeu com o kautskismo. "A formação do leninismo significou a ruptura com as principais tradições marxistas russa e europeia ocidental do início do século XX... Uma tarefa nada pequena" (7).

A concepção de revolução

Quando o POSDR foi fundado, em 1898, os delegados ao seu primeiro congresso foram presos. De fato, o partido foi organizado em seu II Congresso, realizado em 1903, em Londres. Aí deu-se uma extensa disputa em torno do funcionamento partidário e já se via o desenvolvimento do confronto entre diferentes setores da social democracia russa. Mas não existiam ainda claras divergências estratégicas, o que permitiu que em 1906 as frações do partido se reunificassem, aceitando as concepções de organização de Lenin.

Mas a questão da estratégica revolucionária só se tornou central e divisória de águas quando foi colocada praticamente pela revolução de 1905/07. Seu impacto foi tremendo, num primeiro momento unindo todos os revolucionários, mas depois, com a derrota, dividindo-os definitivamente.

Não é necessário, agora, determo-nos sobre a análise do processo revolucionário. Basta dizer que a classe operária se colocou na liderança das lutas urbanas, os "campesinatos" atuaram como um componente

autônomo no movimento revolucionário e a burguesia liberal se absteve das lutas. A revolução foi derrotada, dando lugar a um período de reação (de 1907 a 1912).

A revolução de 1905/07 foi a experiência fundamental e um novo começo político para a geração de militantes social democratas de Lenin, Martov e Trotsky. Foi o balanço desta experiência que dividiu o partido em torno de posições estratégicas e cristalizou as correntes bolchevique e menchevique esboçadas no II Congresso de 1903 (e reunificadas no IV Congresso, de 1906).

Os mencheviques como corrente conheceram uma notável regressão política, fixando-se rigidamente na defesa do esquema das quatro equações plekhanovianas. O proletariado deveria auto-limitar-se para não ameaçar a burguesia no processo da revolução (burguesa), posição insustentável após a experiência de 1905.

Lenin concebeu sua perspectiva estratégica em torno da fórmula da "ditadura democrática do proletariado e do campesinato" (DDPC). Já em 1905 ele definiu suas características centrais: uma situação de dualidade de poderes muito particular, onde se teria uma aliança social no poder sob a hegemonia do proletariado, apoiada pelo povo em armas (que para os bolcheviques era uma reivindicação democrática); a burguesia seria dominante na economia. A superação da DDPC se daria através da irrupção da luta de classes no seio do campesinato (alterando as alianças) e do auxílio oferecido pela revolução europeia.

Lenin rompia com essa concepção com três das quatro equações mecanicistas dominantes na social democracia de então, construindo uma perspectiva estratégica verdadeiramente revolucionária. O proletariado deveria conquistar o poder à cabeça da insurreição popular. Seu papel na luta revolucionária deveria ser o mais ativo possível, em oposição à passividade menchevique. Mas sua visão das possi-

bilidades era ainda limitada por seu "evolucionismo economicista"; no campo econômico, apenas o capitalismo poderia se desenvolver (8).

O período de reação de 1907 a 1912 assistiu à diferenciação crescente na direção do POSDR (ainda que na base a unidade, muitas vezes, tenha sido mantida até 1917) e a cristalização das duas frações fundamentais (mencheviques e bolcheviques), até a cisão definitiva em 1912. Entre 1912 e 1914 a reanimação das lutas operárias permitiu a reconstituição das bases de massa dos revolucionários. Durante todo esse período Lenin se impôs como dirigente político, apoiado na sua clareza sobre a dinâmica sócio-política da revolução (9).

A ruptura filosófica de 1914

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914 e a capitulação da social-democracia, aliando-se em cada país à "sua" burguesia, foi um grande choque para todos os revolucionários, impondo uma reavaliação global para Lenin.

O ponto inicial desta ruptura foi a retomada de seus estudos filosóficos, fundamentalmente de Hegel. Em *Materialismo e empiriocriticismo*, a obra filosófica em que expusera anteriormente suas concepções da dialética, era dominante a concepção filosófica pré-dialética e mecanicista do marxismo da Segunda Internacional.

Michael Lowy estudou cuidadosamente as notas dos estudos de Lenin publicadas sob o título de *Cadernos Filosóficos* (10), descrevendo a evolução de suas posições num magnífico ensaio, intitulado *Da grande Lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado* (11). Em suas palavras:

"A catástrofe deste 4 de agosto foi para Lenin a evidência fulgurante de que havia algo de podre no reino da Dinamarca da "ortodoxia" marxista oficial. O fracasso político desta ortodoxia o conduziu a uma profunda revisão das premissas filosóficas

do marxismo kautsky-plekhanovista... Simples vontade de voltar às fontes do pensamento marxista? Ou uma lúcida intuição de que o calcanhar de Aquiles metodológico do marxismo da Segunda Internacional era a incompreensão da dialética? Como quer que fosse, não existe dúvida alguma de que sua visão da dialética marxista foi profundamente transformada...

"Em que medida as notas de Lenin sobre a Lógica de Hegel constituem um desafio ao marxismo pré-dialético?

"1. Em primeiro lugar, Lenin insiste sobre o abismo filosófico que separa o materialismo 'bobo', isto é, 'metafísico, não-desenvolvido, morto, grosseiro' do materialismo marxista, que está mais próximo, por sua vez, do idealismo 'inteligente', isto é, dialético. Por conseguinte, critica duramente Plekhanov por não haver escrito nada sobre a Lógica de Hegel, 'isto é, no fundo, sobre a dialética como ciência filosófica' e por haver criticado o kantismo desde o ponto de vista do materialismo vulgar ao invés 'do de Hegel'.

"2. Apropriar-se de uma concepção dialética da causalidade: 'A causa e o efeito não são mais do que momentos da interdependência universal, do vínculo (universal), da conexão recíproca dos acontecimentos...'. Aprova, ao mesmo tempo, o processo dialético pelo qual Hegel dissolve a 'oposição sólida e abstrata' do subjetivo e do objetivo e destrói sua unilateralidade.

"3. Enfatiza a diferença capital entre a concepção evolucionista vulgar e a concepção dialética do desenvolvimento: numa, 'o desenvolvimento' como diminuição ou aumento, como repetição' é algo morto, pobre, árido; noutra, o desenvolvimento como unidade dos contrários, 'dá a chave dos saltos', da 'ruptura na sucessão', da 'transformação no contrário', da abolição do antigo e do nascimento do novo.

"4. Crítica, como Hegel, 'o caráter absoluto do conceito de lei', 'sua simplificação, sua fetichização'. Escreve, inclusive, que

'a lei, toda lei, é estreita, incompleta, aproximada'.

A ruptura de Lenin com Kautsky e Plekhanov no campo da filosofia permitiu-lhe clarificar a dialética entre os fatores objetivos e subjetivos na história humana, a partir de uma compreensão não-positivista da diferença entre as leis da evolução nas ciências naturais e no materialismo histórico. Lenin atinge no campo da filosofia o patamar que ele já havia alcançado no campo da política (12).

O conceito de Estado

As grandes transformações no período da Primeira Guerra Mundial impulsionaram outros estudos em que Lenin, apoiado em novas bases filosóficas, desenvolveu sua visão política e teórica: a análise do capitalismo contemporâneo (que deu origem ao célebre folheto *O imperialismo, fase superior do capitalismo*) e a revalorização do internacionalismo, a análise das raízes objetivas do reformismo e da formação da aristocracia operária, a análise da questão nacional, etc. (13). Mas o último e mais importante desenvolvimento teórico de Lenin no período se deu em torno da questão do Estado.

A posição predominante na Segunda Internacional era, entretanto, bem diferente. Tratava-se de ocupar posições no interior do Estado democrático, libertando o Estado da camisa de força da tutela exercida pela classe dominante e colocando-o sob controle do povo. Este era o coração da estratégia política reformista. Polemizando com Anton Pannekoek, um representante da ala esquerda da social democracia, Kautsky afirmou em 1912: "O objetivo de nossa política permanece idêntico ao que sempre foi: a conquista do poder de Estado através da obtenção da maioria no parlamento, e da elevação do parlamento ao papel de instância dirigente do governo. Não existe, portanto, nenhuma questão de destruição do aparelho de Estado" (14).

Esta não era uma concepção possível de ser aplicada na autocrática Rússia czarista. Mas Lenin não desenvolveu, até 1916, nenhuma elaboração muito detida sobre o conceito de Estado. Sua concepção, no que foi explicitada, em nada diferia na ortodoxia dominante na Internacional

Mas graças a um criterioso estudo de Marian Sawyer (15), dispomos hoje de uma análise de como evoluiu a concepção de Estado de Lenin até culminarem na elaboração de *O Estado e a revolução*.

O episódio crucial foi a apresentação à Lenin, em julho de 1916, de um artigo de Bukharin, em que defendia que, dado o estágio atingido pelo capitalismo, reformas não eram possíveis sem a destruição da própria estrutura do Estado capitalista. Sua primeira reação foi negativa: a guerra teria conduzido Bukharin "às ideias semi-anarquistas".

Bukharin publicou-o e Lenin escreveu em dezembro de 1916 uma crítica pública. Nela afirmava que "os socialistas são a favor de usar o Estado real e suas instituições na luta pela emancipação da classe trabalhadora, sustentando também que o Estado deveria ser usado para uma forma específica de transição do capitalismo para o socialismo. Esta forma transicional é a ditadura do proletariado, que também é um Estado. Os anarquistas querem 'abolir' o Estado, 'explodir-lo' como afirma o camarada Bukharin, erroneamente atribuindo esta posição aos socialistas" (16).

Lenin iniciou imediatamente as pesquisas para um artigo sobre o tema. Foi aí que se deu conta do alcance das posições de Marx e Engels. Seu caderno de notas azul, que contém seus comentários e resenhas sobre *Marxismo e o Estado* permite-nos seguir a conversão de Lenin (em janeiro e fevereiro de 1917) às posições de Bukharin e a demarcação face a Kautsky e Plekhanov também neste campo.

Inicialmente, Lenin enfatizou a firme defesa que faziam Marx e Engels da necessidade da revolução proletária esmagar a

máquina estatal existente e substituí-la por sua própria forma de Estado, que não é um verdadeiro Estado. Mas vai além de Bukharin e da esquerda alemã, identificando nos soviets criado em 1905 a nova forma de Estado que o proletariado deveria criar. Só então, Lenin pôde ver na Comuna uma forma estatal alternativa ao Estado burguês.

Lenin sintetizou suas "descobertas" sobre o Estado em uma frase. "A substituição da velha máquina do Estado e do parlamento pelos soviets dos deputados dos operários e seus delegados mandatados" (17).

A mudança da posição de Lenin sobre o Estado se processou antes da revolução de 17 de fevereiro, capacitando-o a intervir no processo com uma enorme clareza. Daí resultaram as cinco Cartas de Longe e as Teses de Abril, em que ele explorava as possibilidades abertas pela crise revolucionária.

A questão do partido

Resta-nos ainda examinar o aspecto mais polêmico da obra de Lenin, a evolução de sua concepção de partido. Não é possível aqui retomarmos este processo em toda a sua riqueza. Vamos privilegiar apenas alguns aspectos. Mas remetemos os leitores para o artigo de Antoine Artous, "Como se formou a concepção leninista de partido" (18), que desenvolve os pontos de vista que aqui só esboçamos (19).

A questão do partido sempre foi, para Lenin, um componente central da estratégia de luta revolucionária do proletariado pelo poder. A especificidade da sua proposta de partido refletia, quando surgiu, na preparação do II Congresso do POSDR, tanto tradições político-organizacionais específicas da Rússia, como uma maior sensibilidade à iniciativa do proletariado na luta política.

Com a revolução de 1905, Lenin consolidou seu elemento distintivo face à concepção então dominante na Internacional, conceber o partido como um instrumento da luta (política) pelo poder e não como um instrumento de participação eleitoral. "Contra o determinismo econômico, Lenin sustentou a especificidade da luta política enquanto expressão concentrada de todas as contradições. A Segunda Internacional confiava na inelutabilidade do progresso e na inevitabilidade natural da 'revolução'.

"A luta pela conquista do poder político, primeiro passo para a transformação econômica e a emancipação social, é uma luta consciente. A política revolucionária é uma estratégia e o partido um 'instrumento coletivo'. O partido pretende permanentemente reconstituir - para além das diferenciações sociais da classe e da descontinuidade de suas experiências - a unidade da classe e a continuidade de uma consciência...

"Este foi o início de um pensamento estratégico em ruptura com a fé nos automatismos do progresso e nas promessas da evolução...

"Crítica-se, em Lenin, a ideia de um partido de vanguarda, novo déspota ilustrado, chamado a reinar sobre o proletariado, em nome do próprio proletariado. Pois sua concepção de partido partia da *necessária delimitação do partido com relação à classe*. A confusão entre o partido e a classe, dominante na Segunda Internacional, era para ele uma ideia desorganizadora. A classe não é imediata e espontaneamente revolucionária. Para que chegue a sê-lo deve dar uma resposta de conjunto às contradições da nação" (20).

Foi justamente esta delimitação do partido frente a classe que levou Lenin, "em maior medida e antes de todos, a entrever a duradoura heterogeneidade da classe operária e de seus interesses. Se o partido, em lugar de encarnar a classe em seu conjunto,

destes ensaios foram publicados em português com o título de *Método dialético e teoria política*. RJ, Paz e Terra, 1977.

(12) P. Rousset - op. cit.

(13) Ver Javier Villanueva - *Lenin y las naciones*. Madrid, Editorial Revolución, 1987. e "Lenin e a aristocracia operária" em E.J. Hobsbawm - *Revolucionários*. Ensaios Contemporâneos. RJ., Paz e Terra, 1982

(14) Karl Kautsky - *La nueva táctica*. mimeo.s.d.

(15) Marian Sawyer - "The genesis of State and Revolution". *The Socialist Register* 1977 p.209-227, London, Merlin Press, 1977.

(16) Citado por M. Sawyer

(17) Citado por M.Sawyer

(18) Publicado na *Perspectiva Internacional* num.10

(19) A melhor e mais exaustiva obra a abordar a questão do partido é Lenin, de Tony Cliff, em quatro volumes (London, Pluto Press, 1975/79). Marcel Liebman, op.cit. e Pierre Broué - *Le parti bolchevique*. Paris, Ed. de Minuit, 1963 (há edição em castelhano) são também úteis. A análise de Artous é compartilhada e expandida por Daniel Bensaid - *Strategie et parti*. Paris, La Breche, 1987. Paul LeBlanc - *Lenin and the revolutionary party*. New Jersey, Humanities Press, 1990, sistematiza boa parte da discussão recente principalmente da bibliografia em língua inglesa.

(10) V.I.Lenin - *Cadernos filosóficos*. Madrid, Editorial Ayuso, 1974.

(11) Michael Lowy - *Dialética y revolución*. Ensayos de sociología e historia del marxismo. Mexico, Siglo XXI, 1975. Varios

é uma vanguarda, haveria espaço para uma pluralidade de partidos... De forma resumida, sempre há um jogo, uma não correspondência entre a classe, as organizações de massa e os partidos" (21). Sua concepção captou muito melhor que as demais a base do pluralismo partidário no socialismo.

A relação com os soviets é um ponto em que as posições de Lenin tem sido muitas vezes deformada por seus críticos. Mas ele defendeu, em 1905, contra outros bolcheviques a autonomia dos soviets frente ao partido: "o soviets é uma organização de combate e deve permanecer enquanto tal... Nós não recusamos uma composição tão extensa e tão diversificada, nós a desejamos" (22).

Esta posição ganhou um alcance estratégico depois de 1916, quando soviets passaram a ser considerados não só "organismos de combate" mas também a base do novo poder proletário, alternativo ao velho Estado. A partir de então, ao lado da delimitação entre partido e classe, esta idéia passou a ocupar um lugar central na sua teoria. Antoine Artous é quem lembra que, para Lenin, "são os conselhos operários e não o partido que se tornaram o lugar da unificação política do proletariado, da sua constituição em classe.... As teses adotadas pelo primeiro congresso da LC. (1919) e escrita por Lenin são explícitas sobre o papel dos soviets: 'a essência do poder dos soviets consiste em que a base constante e única de todo poder governamental é a organização das massas antes oprimidas... Os operários e semi-proletários'" (23).

Estado e revolução

É neste ponto que retomamos o fio da narrativa sobre o desenvolvimento da estratégia revolucionária por parte de Lenin, enriquecida pela drástica ampliação de seus horizontes filosóficos e de sua compreensão da questão do Estado.

Sua fórmula da DDPC estimulava a ação política e a disputa de hegemonia frente à burguesia por parte do proletariado, mas não rompia com o esquema de duas revoluções diferente, a burguesa e a proletária (rejeitado por Trotsky). A flexibilidade da fórmula de governo de Lenin tinha dado, inclusive, lugar à interpretações conservadoras entre os bolcheviques. Agora, ele rompia com isso, sustentando publicamente, nas Teses de Abril, a atualidade da revolução socialista na Rússia. As tarefas colocadas para as duas revoluções estavam ligadas num mesmo processo revolucionário, numa compreensão semelhante à que até então tinha sido desenvolvida por Trotsky, o que explica a convergência política de ambos em 1917.

O final é conhecido por todos. A posição de Lenin, inicialmente isolada no partido, termina ganhando a adesão da maioria. A dualidade de poderes estabelecida pela revolução de fevereiro é disputada em torno da orientação "todo poder aos soviets" e, finalmente, resolvida a favor dos

trabalhadores em outubro.

O Estado e a revolução, desenvolvendo as notas que Lenin havia elaborado no início de 1917, foi redigido entre agosto e setembro e publicado em 1918. Esta obra, que continha grandes aspirações utópicas, funcionou como manifesto teórico da revolução de outubro.

Este é o momento de examinarmos, pelo menos parcialmente, uma afirmação recentemente sustentada no PT no processo de preparação de seu VII Encontro Nacional.

"O rompimento de Lenin e dos bolcheviques com as concepções dos teóricos da II Internacional (Kautsky, Mehring, Bernstein e Plekhanov) realizou-se mais no plano teórico-político do que no plano filosófico-ideológico. No que tange aos princípios fundamentais do chamado 'socialismo científico' não houve ruptura com a tradição da II Internacional." Estes princípios seriam: "uma visão mecanicista (da determinação econômica) e reducionista (da dialética materialista) e uma visão determinista (do desenvolvimento histórico)" (25)

A análise, mesmo que sumária, do desenvolvimento da obra de Lenin não nos permite encontrar a menor base para a sustentação de tais afirmações. Desde muito cedo, pelo menos desde 1904, Lenin já havia rompido com qualquer relação mecânica de determinação econômica da "superestrutura político-ideológico". É impossível entendermos de outra forma sua orientação da DDPC. Quanto à visão reducionista da dialética materialista, os Cadernos filosóficos mostram, em 1914, uma clara e profunda ruptura com a tradição positivista da Segunda Internacional. Por fim, as Teses de Abril explicitam uma concepção nada determinista do desenvolvimento histórico, já presente nos Cadernos.

Contribuições e limites

A obra teórica de Lenin foi produto de uma experiência histórica notável, a primeira revolução socialista vitoriosa. O marxismo tinha, após Marx, produzido um enorme corpo teórico de análises econômicas, mas avançado muito pouco no campo da política, onde as concepções social democratas dominantes tiveram um efeito esterilizante.

É por isso que Perry Anderson, ao analisar a trajetória do marxismo no século XX, afirma que "a construção sistemática de uma teoria política marxista da luta de classes, ao nível organizativo e tático, foi obra de Lenin. A envergadura do que conseguiu neste plano transformou irreversivelmente toda a arquitetura do materialismo histórico. Antes de Lenin, o nível político propriamente dito estava praticamente por ser explorado na teoria marxista. No espaço de vinte anos, ele criou os conceitos e métodos necessários para a condução de uma vitoriosa luta proletária pelo poder na Rússia, dirigida por um partido operário experiente e de-

votado. As formas específicas de combinar a propaganda com a agitação, de conduzir greves e manifestações, de forçar alianças de classe, de cimentar a organização partidária, de dirigir a luta pela auto-determinação nacional, de analisar a conjuntura nacional e internacional, de situar tipos de desvios, de utilizar a ação parlamentar, de preparar o levantamento insurrecional - todas estas inovações, que muitas vezes se encaram como simples medidas 'práticas', também representavam de fato avanços intelectuais decisivos num terreno até então virgem" (26).

Não dispomos aqui de espaço para abordar um último problema, a experiência de Lenin na condução do poder revolucionário estabelecido em 1917. Vamos apenas lançar uma idéia, retomando o problema da relação classe/partido. As formulações da Internacional Comunista, refletindo os limites das experiências até então vividas, não desenvolveram uma compreensão mais clara das funções do partido, do Estado operário e dos soviets. "Não se abandonou a idéia de que, uma vez derrotada a burguesia, haveria uma unidade natural do proletariado e uma reencontrada identidade entre partido, classe e Estado. Essa confusão não foi a causa, mas desarmaria, frente ao ascenso da burocracia, a confusão do partido e do Estado, a afirmação do monopólio de representação da classe pelo partido, etc. Estas confusões facilitaram a supressão do direito de tendência e de fração no partido, a partir do X Congresso, em 1921. E reforçaram neste quadro a idéia do rápido desaparecimento do Estado e, em decorrência, a assimilação da esfera do direito à do poder" (27).

Mas aqui também é necessário lembrar que Lenin foi, dos dirigentes bolcheviques, o que primeiro reagiu ao desenvolvimento da burocracia, travando aí seu "último combate" (28). Porém, esta é outra história, a que esperamos poder voltar em breve.

As elaborações de Lenin sobre a revolução, o Estado e o partido configuram-se em verdadeiras revoluções teóricas frente à ortodoxia dominante na Segunda Internacional. Mas elas não podem ser consideradas modelos ou respostas definitivas para estes problemas. A realidade social esta em constante transformação, a luta de classes implica um confronto em que o adversário aprende com a experiência e o próprio marxismo é um esforço crítico e

criativo permanente de acompanhar a história e superar seu próprio passado.

Trotsky desenvolveria, posteriormente, com base na experiência da derrota da Segunda Revolução Chinesa, em 1925/7, uma análise muito mais precisa da dinâmica da revolução nos países dependentes. Gramsci abordaria, ainda que de forma inconclusiva, uma série de problemas do Estado capitalista não desenvolvidos por Lenin. A concepção de partido de Lenin contém uma série de pontos pouco desenvolvidos, particularmente sobre seu papel na transição. E mais. Apesar dos sucessivos ajustes que fez, a posição de Lenin sobre o campesinato ainda fica muito distante de dar conta da sua participação na dinâmica revolucionária. Lenin, como a ampla maioria dos marxistas de sua época, tinha uma posição essencialmente errada sobre a questão das mulheres (à diferença, por exemplo, de Kollontai). Seu método de luta política frente a outras posições que se situavam no campo da revolução foi, em geral, muito destrutivo produzindo, antes da revolução, uma dispersão de quadros maior do que a justificável e criando um exemplo nada útil de condução de polêmicas dentro do marxismo.

Mas nada obscurece o fato de que sua obra foi - para além dos mitos (29) - a base da elaboração marxista posterior que desenvolveu e desenvolverá seus pontos débeis, e em muitos aspectos ainda tem que recuperar a riqueza do pensamento de Lenin.

Concluindo, fazemos nossas, as palavras de Daniel Bensaid: "Devemos continuar lendo Lenin à contracorrente - contra a moda e contra a todas as mitologias 'leninistas'. É politicamente útil e moralmente necessário. Ele está ameaçado, depois dos excessos de seu culto, com a segunda morte do esquecimento. Seria outra vitória póstuma do estalinismo. Lenin não goza de boa reputação como autor. Taxam-no de pesadamente didático. Não tem a elegância literária de Trotsky. Entretanto, olhando seus escritos mais de perto, eles tem muitas vezes mais humor, malícia e humanidade. Além de uma inteligência estratégica sem igual..." (30).

J.C.

(20) Daniel Bensaid - "Liberar a Lenin del mausoleo". Combate. Madrid. 31/5/1990.

(21) Daniel Bensaid - "Liberar..."

(22) Citado por Antoine Artous - op.cit.

(23) Antoine Artous - op.cit.

(24) Daniel Bensaid - *Strategie et parti*. op.cit.

(25) Coordenação Nacional da Vertente Socialista - *Uma nova era na luta pelo socialismo no mundo*.

(26) Perry Anderson - *Considerações sobre o marxismo ocidental*. SP, Brasiliense, 1989.

(27) Daniel Bensaid - "Liberar..."

(28) Moshe Lewin - *Lenin's last struggle*. New York, Vintage Book, 1970. Lewin - um

autor quase desconhecido no Brasil (onde somente foi publicado um livro seu, o excelente *O fenômeno Gorbachev*. RJ, Paz e Terra, 1988) - é o autor das melhores análises da formação e funcionamento do sistema burocrático na União Soviética: *Russian peasants and soviet power, Political undercurrents in soviet economic debates e The making of the soviet system*.

(29) Valentino Guerratana - "Stalin, Lenin and 'Leninism'". *New Left Review*, 103. May-June, 1977.

(30) Daniel Bensaid - "Liberar..."

Vertente Socialista

Marxismo ou mistificação da história ?

José Correa

Que era moda entre os intelectuais de esquerda "arrepentidos" da Europa do início dos anos 80 afinal chegou, com armas e bagagens, ao Brasil. Repetindo a trajetória de ex-esquerdistas de 68 na França, Espanha ou Itália, a Nova Esquerda e agora também a Vertente Socialista passam a apresentar Lenin (e mesmo Marx, no caso da N.E.) como defensor de uma concepção totalitária de política e como responsável (teórico) pelo estalinismo. Só que, agora entre nós, a negação do marxismo ganha um impulso extra com a crise das burocracias dominantes no Leste Europeu e a ofensiva conservadora dos ideólogos burgueses.

A coordenação nacional da V.S. apresentou ao VII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores um extenso documento, *Uma nova era na luta pelo socialismo no mundo*, que reinterpreta a história e discute as bases filosóficas do movimento socialista no século XX. Seu ponto focal é a avaliação extremamente crítica das contribuições de Lenin e da experiência da Revolução Russa e de sua apropriação pelos socialistas.

Esta escolha não é acidental: esta é a experiência fundadora do moderno movimento revolucionário socialista e desde então uma referência básica da política marxista, alicerces de todo o edifício construído no século XX. Trata-se, pois, de um texto de grande incidência política e caráter abertamente polêmico.

Três equívocos de método

Antes de entrarmos no mérito dos juízos fundamentais emitidos pelo documento *Uma nova era na luta pelo socialismo no mundo*, resumido no box, temos que destacar a presença, em sua elaboração, de três erros de método básicos em qualquer elaboração que reivindique do materialismo básico.

Deslizamentos conceituais

Todo o texto trabalha, em primeiro lugar, com *deslocamentos conceituais sucessivos* - marxismo, socialismo científico/ marxismo vulgar, leninismo, "marxismo-leninismo", trotsquismo - "zinovievismo" - estalinismo. A passagem (identificação) entre um termo e outro é feita sem que se expliquem as diferenças entre eles, deslizando-se de uma a outro. Em uma tese da área de ciências humanas, esse procedimento levaria a sua desqualificação total, na medida em que compromete o rigor da análise. Isso nos obriga a sempre retomar explicitamente cada conceito, sob pena de qualquer crítica ser rechaçada pela simples afirmação de que ela diz respeito a outro plano conceitual. Por exemplo, ao criticarmos um juízo sobre a

obra de Lenin presente no texto podemos ter nossa argumentação desqualificada pela afirmação de que o que está em discussão numa passagem determinada é na verdade o "marxismo-leninismo".

Tratamos, pois, com uma posição profundamente ambígua. Não existe nenhuma preocupação em clarificar os aspectos mais polêmicos destes deslocamentos conceituais. Estes "deslizamentos" são uma opção metodológica consciente.

Ênfase nas ideologizações

Em segundo lugar esta opção metodológica, que poderia dar lugar à acusações de superficialidade ou ligeireza intelectual, é justificada sob o argumento de que o decisivo são as *idéias que se transformam em forças reais*, as "ideologizações" do "socialismo científico" (dominante na II Internacional - controlada por sua ala reformista, acrescentaríamos nós, mas sobre isso o texto silencia) e do "marxismo-leninismo" (transformado em ideologia justificativa da burocracia e doutrina oficial da III Internacional a partir do seu V Congresso acrescentaríamos, mas aí novamente o texto silencia), que seria o "marxismo" que teria efetivamente influenciado a história.

É uma análise estranha para uma posição que coloca tanta ênfase na autonomia da esfera ideológica-cultural, captar o movimento de desenvolvimento do marxismo centrado unicamente no "socialismo científico" e "marxismo-leninismo" estalinista, analisando a teoria marxista (e a obra de Lenin) unicamente do ponto de vista dos elementos conceituais que teriam preparado o terreno para o desenvolvimento destas "ideologizações".

A crítica que podemos fazer a este procedimento é que está se lendo a história unicamente a partir do depoimento dos vencedores. Mas, para os revolucionários e o movimento socialista, a história dos vencidos é, muitas vezes, mais importante, ainda que em geral ela não apareça com tanta clareza. Novamente, temos aqui uma opção central da análise.

O relativismo completo

O texto trabalha, em terceiro lugar, com um método relativista que, levado ao extremo, conduz ao irracionalismo. Porque não distinguir, a partir de uma análise imanente (isto é, de um juízo das posições formuladas pelos seus próprios autores), marxismo, marxismo vulgar, "leninismo", "o marxismo-leninismo" como doutrina estalinista (que a nosso ver não poderia jamais ser apresentado como derivação do marxismo) e o "trotsquismo"?

A resposta dada pelo texto a essa objeção é que isso é uma operação

arbitrária. "Ninguém pode ler (ou reler) a história sem utilizar um instrumental teórico determinado... Ao ler ou reler a história o fazemos com óculos da tradição (ideológico-cultural) dentro da qual nos inserimos... Escolhemos no passado apenas o que julgamos relevante, porque, ao nosso ver, se desenvolve para produzir o presente" (linhas 159 a 168). Assim, é necessário empreender, desde um novo ponto de vista, "a crítica das concepções que sempre foram utilizadas para interpretar o próprio movimento histórico" (linhas 169 a 174).

A crítica permanente é sempre útil, porém limitar-se ao que afirma o texto conduz ao arbítrio completo; qualquer posição seria válida. O passado é sempre uma reinterpretação, mas esta é sempre feita desde um ponto de vista igualmente válido? Um editorial de O Estado de São Paulo sobre a revolução russa é uma "ideologização" tão justa como uma análise de Isaac Deutscher ou E.H. Carr? A história, como disciplina "científica", carece de qualquer sentido? Existem ou não "tradições ideológico-culturais" que permitem aproximações mais objetivas, mais profundas, mais compreensivas, da realidade do que outras? A obra de Stalin "explica" a União Soviética de uma forma tão correta como a de Trotsky?

Certamente os autores do texto não iriam tão longe. Mas porque então estas afirmações? Uma possibilidade é o caminho que está sendo seguido pela N.E.: o posicionamento ético-moral é, em última análise, o critério adequado de avaliação de qual reinterpretação do passado é mais válida. É outra, porém, a posição que parece insinuar-se através de algumas passagens do texto: a defesa do relativismo seria um procedimento para legitimar as críticas às velhas concepções "que sempre foram utilizadas para interpretar a história", desde um novo ponto de vista. Mas o texto, de um lado, não contém nenhuma novidade, nada que já não tenha sido afirmado inúmeras vezes desde os anos 20, por diferentes críticos dos "bolcheviques". De outro, não explicita a partir de que pressupostos empreenderia a crítica às velhas concepções, expondo à crítica que suas posições são tão arbitrárias quanto as formulações teóricas que analisa.

A centralidade do "problema Lenin"

Hoje, no PT e na esquerda revolucionária a nível mundial, existe um importante grau de concordância na crítica do "marxismo-leninismo" - tal como foi desenvolvido a partir do V Congresso da Internacional Comunista, em 1924, e transformado em doutrina oficial do estalinismo. Assinamos embaixo da maioria das críticas feitas pelo texto à

doutrina estalinista e é positivo que hoje haja tal clareza sobre estas questões. O mesmo se aplica às críticas ao marxismo vulgar, mecanicista, reducionista e determinista, críticas que se generalizaram nas ciências sociais de inspiração marxista a partir dos anos 60.

Porém, este não é o objetivo central do texto. O seu caráter diferencial e polêmico frente as formulações até agora apresentadas no partido é a crítica a Lenin. Segundo a coordenação da V.S., sua obra não teria méritos para continuar a ser uma referência central à esquerda de nossos dias e, ao contrário, teria desarmado os socialistas para enfrentarem os problemas da burocracia. As reflexões de Lenin não teriam valor para mais além da sua associação com a experiência, historicamente datada, da revolução russa, já que ele teria uma visão "mecanicista" do Estado, da revolução, do partido e do socialismo.

Colocada a questão neste plano, podemos discordar, mas não se trataria, da nossa parte, de termos uma posição de defesa de uma doutrina oficial ou de um dogma representado pelo "nosso leninismo", o marxista-revolucionário oposto às demais interpretações. É importante discutir-se em que medida as concepções de Lenin estavam certas ou erradas, foram ultrapassadas pela experiência e pela história ou não e desarmaram ou não o movimento socialista para enfrentar a burocracia.

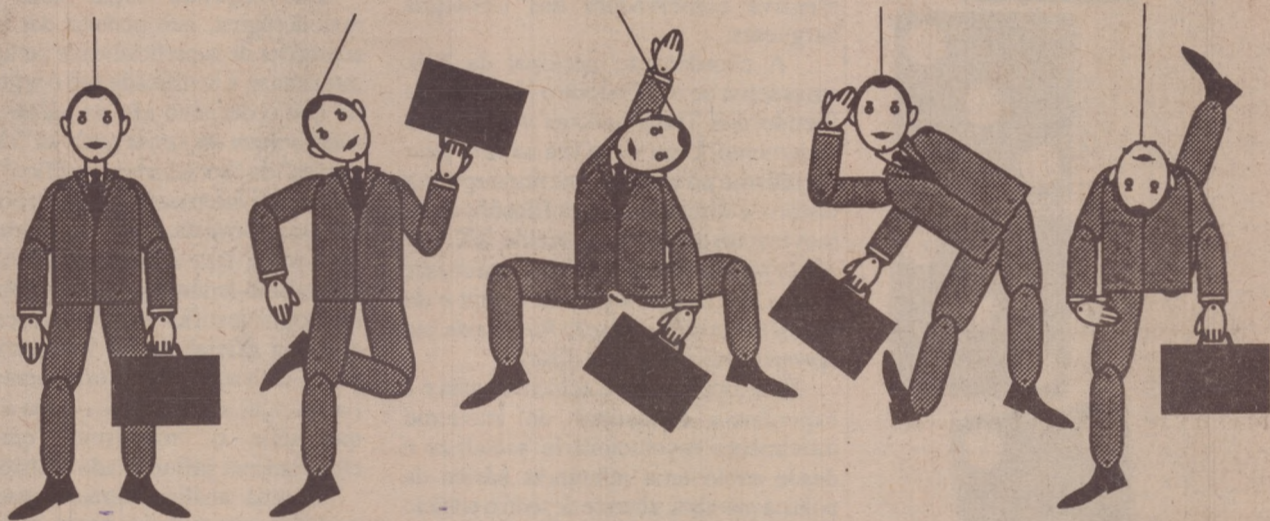
Mas as condições para fazer-se esta discussão com o mínimo de seriedade e honestidade é reconstituirmos as idéias do próprio Lenin, o contexto em que elas foram formuladas e o seu desenvolvimento, analisando a partir daí a forma como incidiram no processo histórico real. Trata-se de se aplicar o método do materialismo histórico à análise dos próprios marxistas. No entanto, o texto *Uma nova era...* aborda a avaliação de Lenin, em grande medida, a partir da "doutrina marxista-leninista", formulada após a morte de Lenin.

Assim, ao analisar a "crise do marxismo-leninismo", o texto parte da "teoria leninista da revolução", que reconhece não ter sido formulada por Lenin (linhas 372 a 374). No entanto, as concepções de revolução, de partido e Estado apresentadas nos parágrafos seguintes (linhas 382 a 488), são,

reiteradamente, caracterizadas como leninistas. Na análise da "crise do socialismo real", o texto dedica-se a mostrar como a política do partido bolchevique (e de Lenin) predispôs a burocratização da sociedade pós-revolucionária na Rússia. Citações referentes à revolução de 1905 são utilizadas para explicar o que teria sido a situação em 1917. Referências explícitas a Lenin somente são feitas em quatro curtos parágrafos relativos ao período entre março de 1919 e março de 1921. E, no entanto, suas concepções básicas são condenadas.

Começar de novo

O documento discute as posições de Lenin a partir de idéias e teorias codificadas pelo estalinismo. Quando o próprio Lenin aparece no texto, o faz de forma breve, sua obra ganha um papel coadjuvante frente as leituras dela feitas.



Este é um procedimento irracional como parâmetro para qualquer discussão séria. Por ele, torna-se impossível distinguir a ficção e o mito da realidade, o que podem ser ensinamentos ou analogias úteis para pensarmos outras experiências revolucionárias da doutrina transformada em dogmas de fé. Na medida em que não trabalha com parâmetros objetivos para se discutir a experiência histórica do movimento operário (já que o que importa são as

"ideologizações"), o que é apresentado pela coordenação da V.S. como resultado de 150 anos de luta socialista? O "socialismo científico" da II Internacional, o "marxismo-leninismo" da III Internacional, o "socialismo real" rechaçado pelas massas trabalhadoras, a "crise do socialismo", ou seja, uma resposta essencialmente negativa à "crise do socialismo". No final compreensivelmente, se propõe começar tudo de novo, voltar ao "socialismo utópico".

O caráter cumulativo do marxismo

Uma resposta positiva às questões colocadas hoje para os revolucionários socialistas em todo o mundo exige um tratamento integrado do marxismo, da sua história e situação presente. A luta pelo socialismo nos legou algo mais do que as teorias e "ideologizações"

distintas do reformismo social-democrata clássico (o "marxismo vulgar") e do estalinismo (o "marxismo-leninismo").

A posição da coordenação da V.S. não permite distinguir o marxismo de seus opostos. O estalinismo é a negação de todo o processo de auto-emancipação dos trabalhadores. Considerá-lo como uma variante do marxismo é rejeitar a proposição básica do próprio marxismo e limitar drasticamente seu valor. Já antes da burocratização da revolução russa o desenvolvimento de uma visão mecanicista e reformista tinha encontrado resposta no desenvolvimento de uma rica reflexão marxista por parte de Rosa Luxemburgo e de toda uma ala esquerda da II Internacional. Essa elaboração e experiência ganhou um novo ímpeto com o impacto da vitória da revolução de Outubro, mesclando-se a experiência e a elaboração dos bolcheviques (ver o artigo sobre Lenin neste EM TEMPO).

mecanicistas criticadas pelo texto. O marxismo, como teoria que procura expressar a rica experiência do movimento dos trabalhadores e a luta revolucionária em nossa época (ao mesmo tempo que os influencia), nunca foinem é apenas os elementos negativos de que a coordenação da V.S. quer se livrar. É impossível compreender como uma teoria ganhou tal força e apelo se ela não tivesse se configurado através de tradições teóricas

Quando o estalinismo se desenvolveu na URSS ele encontrou como adversários a maioria dos quadros veteranos da luta contra o tzarismo, que dirigiam a revolução em nome do marxismo, da classe operária e do socialismo. Como entender de outra forma o massacre da ampla maioria dos quadros comunistas? E o mesmo combate vai ser travado por distintos setores dentro da Internacional Comunista (ainda que só os "trotskistas" tenham se mantido

A posição da Vertente Socialista

A tese central do documento *Uma nova era da luta pelo socialismo no mundo*, da coordenação nacional da VS, é que não há como negar que a existência de uma matriz ideológica da III Internacional constituída com os fundamentos teóricos do marxismo-leninismo, e apoiada nos pressupostos filosóficos do socialismo científico, influenciou decisivamente os países do chamado socialismo real para a adoção de modelos políticos e econômicos burocráticos (grifado no original - linhas 910 a 916).

Vivemos "uma crise do socialismo. Esta crise não é apenas uma crise política, dos modelos políticos e econômicos do chamado 'socialismo real'. É também uma crise teórica, dos fundamentos de um marxismo ossificado pelas interpretações 'oficiais'. E é, ainda, uma

crise ideológica da esquerda tradicional, dos pressupostos filosófico-culturais sobre os quais se erigiram as doutrinas socialistas das últimas Internacionais" (Linhas 135 a 143).

"A ortodoxia stalinista entrou em colapso definitivo com o colapso do chamado 'socialismo real'. Mas com ela também vão sucumbir outros sistemas que se lhe opunham no mesmo plano teórico e a partir dos mesmos pressupostos filosófico-ideológicos". (linhas 39 a 45). Faz-se "necessário criticar e abandonar as ideologizações que se reivindicam do leninismo". (linhas 37 e 38).

"Como codificações generalizantes das contribuições leninistas e do modelo russo tanto o breve "zinovievismo" e o stalinismo (como doutrinas predominantes na III Internacional) quanto o trotskismo (na maioria de suas versões infrutíferamente

combatentes pela formação de uma IV Internacional), apoiam-se num mesmo corpo teórico: uma mesma concepção de Estado (que restringe a supremacia burguesa ao exercício da coerção), uma idéia muito semelhante de revolução social (como "tomada do poder" político do Estado para implantar "medidas econômicas socialistas"), e uma visão análoga de organização revolucionária (baseada na hipótese kautskiana de que é o partido que leva de fora para dentro do proletariado a consciência e que cria a ideologia revolucionária)" (linhas 45 a 60).

Os pressupostos filosóficos desta "matriz da III Internacional", do leninismo e suas "variantes", seriam "uma visão mecanicista (da determinação da base econômica) e reducionista (da dialética materialista) e de uma visão determinista

(do desenvolvimento histórico) que estiveram presentes nas doutrinas socialistas dos últimos cem anos, no chamado "socialismo científico" (linhas 179 a 184).

Estes pressupostos filosóficos do "socialismo científico", "constituíram a base do marxismo russo vulgar e tiveram através de Plekhanov, um peso considerável no processo de formação de Lenin e dos bolcheviques.

Por outro lado, o imanentismo das concepções do socialismo científico relativos à ideia da revolução social como uma "necessidade objetiva" do processo histórico e a idéia da existência de uma "missão" do proletariado, bem como sua visão de que a consciência poderia ser infundida (no proletariado) pela propaganda teórica (do próprio socialismo científico) também chegaram a Lenin e

como corrente internacional organizada).

É fora de dúvida que o "marxismo-leninismo", como ideologia dos burocratas que se assenhorearam do poder na União Soviética representou um grande retrocesso da reflexão marxista que não tinha quase que mais espaço no interior do movimento comunista oficial. Mas esta continuou se dando em outros níveis: na experiência viva das lutas revolucionárias travadas (e quem pode negar que revoluções como chinesa ou a cubana sejam uma importante fonte de reflexões para uma política revolucionária marxista?); no desenvolvimento do chamado "marxismo ocidental", na rica reflexão teórica desenvolvida por marxistas da Europa Ocidental, de Gramsci a Sartre, passando pela Escola de Frankfurt (que colocou uma grande ênfase no aspecto subjetivo do marxismo, desenvolveu uma extensa produção filosófica, e explorou inúmeros novos campos da teoria marxista) e na atividade militante e de elaboração dos grupos revolucionários que se opunham conscientemente ao estalinismo e à social-democracia, reivindicando-se do comunismo e da herança marxista da Segunda e da Terceira Internacionais.

Tudo isso proliferou, a partir de 1968, momento em que essa tradição marxista, em suas múltiplas correntes, voltou a ganhar audiência de massa, tornou-se dominante e engendrou um outro cenário político no interior do movimento dos trabalhadores.

Esta trajetória é o aspecto central que temos que ressaltar ao tentar entender - de forma construtiva - as vicissitudes do marxismo no século XX. Há uma reflexão teórica marxista e revolucionária, em boa parte cumulativa, unindo Marx, Lenin, Engels, Rosa, Gramsci, Trotsky, em certo grau Mao e Che às novas formulações teóricas marxistas posteriores aos anos 60. Ela abarca, em certa medida, até mesmo aspectos tão díspares realidade contemporânea como parte dos novos movimentos sociais, a obra dos sandinistas e a oposição anti-burocrática socialista na Europa do Leste. Tudo isso é muito mais amplo que a "matriz da III Internacional". O marxismo revolucionário, como método, de um lado, e como assimilação e sistematização desta trajetória, de outro, sustenta toda sua coerência teórica e capacidade explicativa,

sendo hoje mais necessário do que nunca para a compreensão da realidade. *Continua sendo a única referência central para a elaboração da política revolucionária, e inclusive para a compreensão da crise das sociedades de transição.*

A defesa das revoluções e da revolução

A luta pelo socialismo nos legou, além do marxismo, revoluções, grandes ou pequenas experiências, vitoriosas ou derrotadas.

É chocante descobrirmos como desaparece, no texto a reivindicação da defesa das lutas revolucionárias (e, em particular das revoluções). Porque para além das direções que as conduzem ou dos problemas de seu desenvolvimento histórico, elas são resultado da luta de povos que tentam superar a exploração capitalista e a opressão imperialista - com

curso da história estivesse escrito de antemão e não fosse o resultado de lutas concretas, não decididas previamente, entre distintas correntes políticas e setores sociais com interesses contraditórios.

Se concepções burocráticas cristalizadas foram, ao final definitiva-mente vitoriosas, isso foi o resultado principalmente de um processo contra-revolucionário que fechou uma possibilidade de auto-emancipação aberta pela própria revolução - que passa a exigir, para a retomada de seu curso emancipatório, a derrubada da burocracia no poder.

Sempre defendemos que estas sociedades pós-revolucionárias não eram socialistas, que de fato é impossível construir-se o socialismo num país isolado, em condições de atraso econômico e social. Também criticamos implacavelmente o estalinismo na defesa da democracia socialista. Mas *jamais igualamos todos os processos de burocratização destas*

combateram a burocratização dos processos revolucionários quando a perceberam, de Kollontai, Rakovsky e Trotsky na União Soviética à Che Guevara em Cuba. Se queremos aprender com a experiência de outros povos, a luta destes e de outros deve ser integrada como um componente central do marxismo, somando-se à elaboração das correntes anti-burocráticas de inspiração marxista que hoje se desenvolvem nas sociedades "pós-revolucionárias"

A memória do combate das gerações vencidas

A concepção de história adotada no documento que discutimos é inaceitável. *Teoricamente* porque a historiografia marxista já há muito generalizou a compreensão, que o texto assume desde o ponto de vista do senso comum, de que a "história" é produzida pelos que a



o que nos identificamos totalmente e sempre defendemos. É desde o interior deste campo comum de identificação que podemos disputar posições e criticar suas direções.

A leitura do texto da coordenação da V.S. parece levar à conclusão de que todas as revoluções conduzidas sob a inspiração da "matriz da III Internacional" estavam destinadas a se burocratizarem e a se voltarem contra seus povos. É como se o

sociedades, ignorando suas dinâmicas e contradições internas, colocando-as fora do curso da história, como se toda a luta pelo socialismo no século XX fosse um engano, condenada a desaparecer sob a etiqueta do "socialismo real".

Colocando-nos desde o interior do campo da revolução, não só nos reivindicamos de todas as experiências revolucionárias, mas também devemos nos colocar como herdeiros dos que

"interpretam", é sempre uma "releitura". Mas o significado fundamental disso não é como a pauta do texto o relativismo.

A memória dominante da história é sempre a construída pela ação ideológica da classe dominante. A "história" é a "história" dos vencedores, que se apropriam da memória das lutas, tentando apagar qualquer rastro da existência de seus adversários ou desqualificá-los. A consequência disso é que o esforço de

aos bolcheviques, através principalmente de Kautski, que desenvolveu e aprofundou estas hipóteses.

Sobre tais pressupostos do socialismo científico constituíram-se o corpo doutrinários do marxismo leninismo" (linhas 315 a 340).

"O rompimento de Lenin e dos bolcheviques com as concepções dos teóricos da II Internacional realizou-se mais no plano teórico-político do que no plano filosófico-ideológico. *No que tange aos principais fundamentos do chamado "socialismo científico" não houve ruptura com a tradição da II Internacional*". (grifado no original) (linhas 848 a 854).

Estas reproduções detidas são necessárias porque o texto não trabalha com distinções vitais. Assim, não se opera uma distinção de qualidade entre o leninismo entendido como a obra teórica de Lenin e suas "ideologizações (o estalinismo e o trotsquismo), que

compartilhariam todos dos mesmos fundamentos filosóficos e teóricos. Nas palavras do texto, "como fundamentos teóricos do movimento socialista neste século as concepções leninistas de Estado, Revolução, e de Partido constituíram um núcleo inalterável do corpo doutrinário da III Internacional. Mas estas concepções também foram compartilhadas por todos os partidos e grupos comunistas referenciados na experiência bolchevique ou legitimados na vitória da revolução russa, do "pior" estalinismo ao melhor trotsquismo". Estas concepções não podem mais ser os fundamentos da teoria revolucionária; há uma "crise de impotência explicativa-normativa das categorias básicas" do "marxismo-leninismo".

Mas há a inexistência de outra distinção vital: o marxismo é apresentado como algo que comporta desde os objetivos elevados de auto-emancipação humana (linhas 90 a 134, que analisam as bases do que a V.S.

chama de uma nova concepção de socialismo) até o "pior" estalinismo.

A análise da crise dos sistemas burocráticos detêm-se na crítica às explicações que atribuem a gênese da burocracia aos condicionantes materiais (objetivos, históricos, concretos). Enfatiza a análise dos "condicionantes espirituais que já predisuseram a marcha destas sociedades para o burocratismo" (linhas 599 e 600). Tenta-se mostrar como as concepções dos bolcheviques teriam aberto o caminho para o estalinismo, "que consolidou definitivamente a burocracia como casta anti-popular".

A tarefa hoje colocada é "compreender a natureza e as dimensões da crise do socialismo" que "constitui um requisito fundamental para poder supera-la" (linhas 150 a 152).

A resposta a crise do socialismo não poderá ser apenas uma resposta teórica. Uma nova filosofia da história, uma nova

ideologia revolucionária, uma nova teoria da sociedade ou da revolução só adquirirão significados verdadeiramente superadores da crise atual do socialismo se vierem acompanhados de uma nova experiência concreta de transformação social. A velha matriz da III Internacional já ruiu, mas ainda não foi substituída por uma nova matriz. "Está só emergirá alicerçada na força material de uma nova experiência socialista". Hoje a tarefa é "lançar as bases de uma nova visão do socialismo".

As bases do novo socialismo estão na "retomada de uma concepção dialética materialista que foi derrotada pelo mecanicismo objetivista, reducionista e determinista do marxismo vulgar". Isso é chamado de volta ao "socialismo utópico", enfatizando a "tradição do socialismo como projeto humano a realizar".

obtermos a maior aproximação da história tal como efetivamente ela se desenrolou exige a superação da "história oficial" e a recuperação da "história" dos vencidos, resgatando as forças sociais e políticas que estiveram aí atuantes e as possibilidades inscritas em dado processo histórico.

Politicamente, as consequências são imediatas. Walter Benjamin chamou a atenção de que as esperanças, sonhos e aspirações dos párias e excluídos da "história", a "tradição dos oprimidos" é um componente utópico e subversivo fundamental da luta revolucionária. O elemento decisivo da construção da identidade do campo democrático e popular de hegemonia é justamente a tradição associada às idéias mais nobres, às lutas mais justas, que contêm maior carga simbólica. A disputa de hegemonia transforma-se, na ausência disso, no choque de argumentos racionais contra todas as mistificações que a burguesia pode produzir. Como qualquer telespectador da Rede Globo pode perceber, se colocamos a disputa apenas neste campo, estamos derrotados de antemão. Ignorar a "história dos vencidos" inviabiliza qualquer processo durável de construção de uma contra-hegemonia.

Moralmente, a supressão da memória do combate das generosas gerações de socialistas derrotados pela burocracia tem consequências igualmente graves. De um lado, o resgate da credibilidade na perspectiva do socialismo somente pode ser feito com base na generalização de uma compreensão democrática e emancipatória. Como dar a isso a indispensável dramaticidade histórica sem resgatar o combate das gerações vencidas, caídas nesta luta?

De outro lado, isso nos coloca também com uma dívida moral perante os que aí tombaram. É novamente Benjamin que recorda que uma das tarefas da revolução proletária é vingar a memória dos mártires das lutas dos oprimidos de toda a história. Que compreensão ética pode ser desenvolvida pelo movimento socialista se ignorar esta dimensão tão básica?

Ideologizações

Teorias formuladas para compreender e transformar a realidade podem, como

qualquer produto humano, ganhar o caráter de símbolo, tornar-se ponto de estrutura do imaginário individual e coletivo de determinado grupo social. Ganham, assim, uma autonomia que escapa ao domínio da argumentação e avaliação racionais adquirindo o contorno de mitos. Isto se produziu com o chamado "marxismo-leninismo" e é necessário desmistificá-lo.

O único terreno onde podemos desmontar os mitos é no da história real. A história é um importante de luta ideológica e política. O passado pode ser recuperado para que sua gênese e dinâmica sejam melhores compreendidas, para auxiliar-nos a entender nosso próprio presente, desvendando suas raízes ou para ajudar-nos a não cometer erros semelhantes.

O passado, porém, pode ser reconstruído também através de outras mistificações ideológicas, em operações de pura luta política. Aí desaparece qualquer sentido de crítica.

A presente conjuntura internacional produz uma enorme pressão sobre o movimento operário e popular e só não causou maiores estragos no Brasil devido ao contrapeso exercido pelas lutas travadas no país e pela existência do PT e do movimento independente dos trabalhadores. Tanto o abandono do marxismo pela Nova Esquerda como a reinterpretção ahistórica da trajetória do movimento socialista operada pela coordenação nacional da VS não pode ser entendida fora desse quadro.

O resgate da luta emancipatória dos explorados e oprimidos é peça chave da construção de sua identidade e da definição de seu perfil. Ora, ao tentar desqualificar e suprimir da tradição política da esquerda, Lenin e a experiência dos primeiros anos da Terceira Internacional, a coordenação nacional da VS não parece estar visando discutir a limitação de sua elaboração. Procura antes, fazer "tábula rasa" do que tem sido considerados pontos maiores da tradição revolucionária do século XX. Busca, assim, transformar o passado em um terreno limpo.

A história dos vencedores, das grandes ideologias, das idéias que se transformam em força real, a história asséptica, expurgada dos perdedores, cria um território homogêneo, de densidade uni-

forme, de onde desaparecem as complexidades e contradições da história real. Sem dúvida uma corrente política de pouca tradição teórica pode se sentir incomodada de ter sua atuação limitada por um terreno tão congestionado como a história do socialismo ou do marxismo. *Ao invés de aplicar o próprio marxismo à análise de sua história*, pode sentir-se tentada a se desembaraçar da herança marxista clássica do século XX, ligada a Revolução de Outubro de 1917, criando um enorme território desocupado. Este vazio será, naturalmente, preenchido por formulações aparentemente novas que lhe permitiriam se mover com muito mais desenvoltura.

Já podemos vislumbrar o que está sendo proposto pela coordenação nacional da VS para substituir a "matriz da III Internacional": algumas colocações gerais de Marx e uma interpretação particular de Gramsci. Mas estes também foram os passos iniciais dados, há algum tempo, pela N.E. Temos motivos de sobra para ficarmos preocupados sobre como vão se desenvolver suas as concepções de Estado, revolução, partido e socialismo.

Esta crítica as "ideologizações" trás, assim, embutida a construção de um novo "paradigma", de novas referências ainda não desenvolvidas. Sua carga contra as referências teóricas de outras posições políticas, associando-a ao estalinismo, não visam o debate racional e a elaboração de posições inferiores, mas, antes, a desqualificação de todos os possíveis adversários, sem ter assim que confrontar com ele suas próprias posições, ainda mal formuladas.

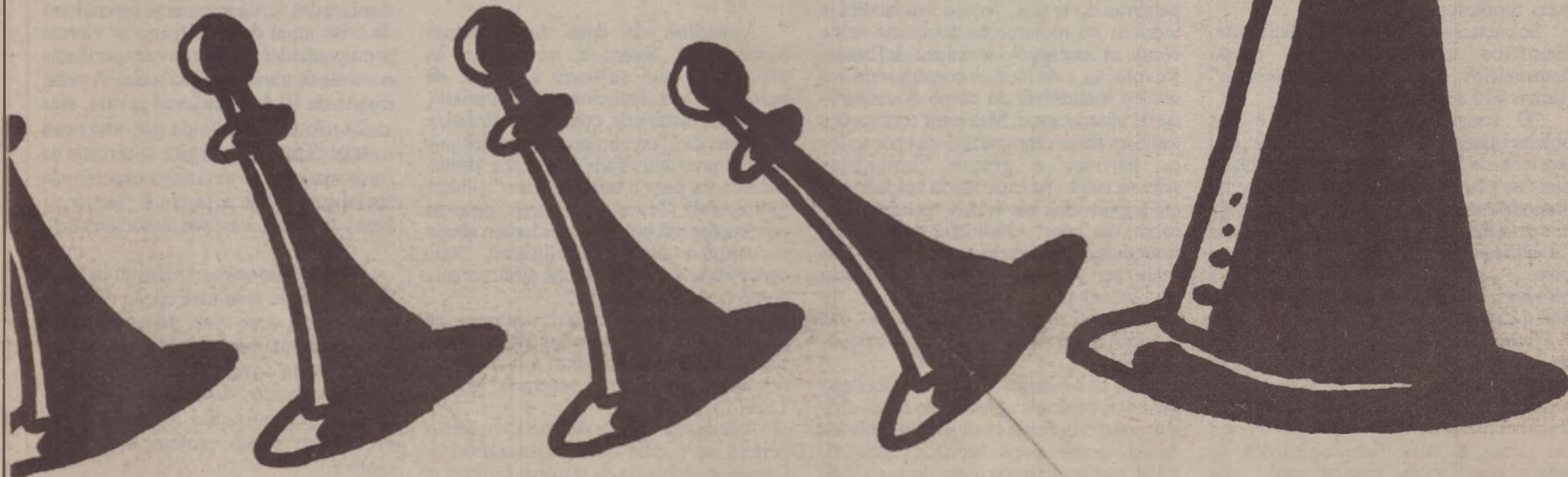
Quem é o interlocutor?

Caberia, para concluir, a pergunta: quem é o interlocutor ou adversário real da coordenação nacional da VS? Olhando o que é hoje a esquerda, no Brasil e no mundo temos a dificuldade de achá-lo. O colapso do estalinismo foi para muitos o fim de uma ilusão eliminando o mito do "campo socialista", de que "um terço da humanidade marcha para o socialismo". Desvendou as reais dimensões da esquerda revolucionária pelo mundo agora. É facilmente demonstrável que a grande maioria destas correntes romperam com o marxismo vulgar ou o "marxismo leninismo" há muito tempo

(algumas desde os anos 60). Sobrevivem resquícios, é claro, inclusive através da ossificação doutrinária de alguns grupos se reivindicando de Trotsky ou de Lenin.

A linha de força amplamente dominante no P.T. é, porém, desde a sua formação, a de afirmação de um marxismo dialético, profundamente renovado e renovador depositário das diferentes trajetórias do marxismo revolucionário do século XX (inclusive com o concurso de uma corrente que muitos não considerariam marxista - a Teologia da Libertação - mas que é uma fonte de renovação das reflexões marxistas). Isso explica inclusive boa parte da vitalidade política de nosso partido. O que o espírito dos tempos que correm parece indicar é o risco oposto, o de desenvolvimento de posições que abandonam o materialismo e regridem na melhor das hipóteses a Kant

Na realidade, os autores do texto de-gladeiam-se com fantasmas, talvez ajustando contas com seu próprio passado. De nossa parte, acreditamos que a tarefa colocada é o enriquecimento do que o marxismo acumulou como teoria, a partir das grandes experiências hoje vivenciadas pelos trabalhadores no Brasil e no mundo.



Congresso Amplia Presença Rural da CUT

Sinal de partida para uma nova fase das lutas no campo do Brasil

O 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT - de 30 de abril a 4 de Maio - reuniu mais de 400 delegados de todos os Estados que afluíram para São Paulo. O encontro rural demonstrou a envergadura já alcançada pela organização independente dos trabalhadores da terra, abriu caminho para novos avanços dessa organização e confirmou a unidade de luta dos trabalhadores do campo e da cidade. O DNTR vinha funcionando com uma coordenação provisória. O congresso consolidou todo e trabalhou já realizado, elegendo uma direção e iniciando uma nova fase na organização das lutas do campo no Brasil.

Caio Galvão

O lema do Congresso unidade na diversidade demonstra o reconhecimento das diferentes formas de organização e luta no campo - a diversidade - pois isto reflete as numerosas diferenças observadas nas grandes extensões de nosso país. Ao mesmo tempo, porém, se verifica a existência das condições cada vez mais favoráveis para a unidade de ação, pois no quadro da diversidade, a luta é uma só - contra a exploração capitalista, contra a expropriação dos frutos de trabalho do homem do campo. É a unidade na diversidade.

Este critério é de maior importância para todo o projeto:

- Serve de base para a aliança operária e camponesa, cidade/campo, pois no campo e nas fábricas os trabalhadores enfrentam o mesmo inimigo de classe - a burguesia capitalista, dona das fábricas e da terra.

- Deixa livre o espaço necessário para a luta comum ou combinada dos assalari-

ados e semi-assalariados rurais com pouca terra ou sem terra nenhuma, tudo sob a bandeira da CUT.

- Garante o conveniente jogo de cintura para avançar na nova organização sindical. Conserva algumas formas antigas (o que depende da utilidade que possam ter em cada momento) e vai em frente com novos tipos e modelos criados pelos trabalhadores conforme a sua experiência. Assim onde for possível, a CUT incentivará a criação de sindicatos de assalariados rurais. Nesse contexto, como argumentou a CUT pela BASE, a manutenção do sindicato único por município, que ainda pode funcionar, não vai contra a política de regionalização das lutas, acabando com o isolamento municipal.

- Viabiliza a atuação em três eixos básicos de interesse dos pequenos produtores:

a) um trabalho junto aos setores mais diretamente vinculados à agro indústria, integrados em maior ou menos grau;

b) a exigência duma política gover-

namental para a pequena produção: c) a questão dos direitos sociais.

Movimentos autônomos

O Congresso deixou mais clara a questão das relações da CUT com as várias lutas específicas no campo e suas organizações - o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o dos Atingidos por Barragens, o Conselho Nacional de Seringueiros, o Movimento de Mulheres.

Todos esses movimentos devem manter sua mais completa autonomia. O objetivo da CUT é a combinação, a articulação, a harmonia e a solidariedade entre essas lutas e nunca sua subordinação.

O MST conquistou a posição de vanguarda na luta pela terra. Mas devido à importância estratégica da reforma agrária, a CUT deve ocupar seu posto nesta trincheira.

CUT pela Base cresce no campo

Entrevista com Elvino Bohn Gass

O 1º Congresso elegeu Elvino Bohn Gass para integrar a Comissão Executiva do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, representando a CUT pela Base. No seu currículo de militante das lutas agrárias está registrada sua passagem por importantes postos de confiança dos trabalhadores rurais - foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, RS; foi presidente da CUT Regional Missões e Secretário Rural da CUT-RS por duas gestões. Hoje, é candidato a deputado estadual do PT, na Região das Missões, RS.

Elvino falou ao EM TEMPO sobre o 1º Congresso.

Qual o significado deste 1º Congresso?

Elvino - Os trabalhadores rurais sempre tiveram um peso muito importante na construção da CUT. Agora, conquistamos espaços para a discussão específica dos nossos problemas, graças ao crescimento da CUT no campo, à experiência já acumulada de organização e luta e à disputa da hegemonia com forças não-cutistas. O Congresso representou um esforço de

síntese dos diversos acúmulos regionais que refletem a riqueza e diversidade do campo brasileiro, pois o desenvolvimento capitalista se dá de maneira diferenciada gerando relações e lutas bem variadas.

"Unir o que o capital separou"

Temos que desenvolver a capacidade política de unir o que o capital separou.

Entendemos que o empate dos seringueiros, a greve dos assalariados, as ocu-



pações de terras e a mobilização dos pequenos produtores têm um mesmo endereço.

O Congresso soube dar conta desse desafio?

Elvino - Foi um marco importante na capacitação da Central. Mas o debate político ainda tem muito que amadurecer e aprofundar. Questões importantes deixaram de ser aprofundadas em nome da "Flexibilidade na forma e rigidez nos princípios".

Precisamos superar a prática, ainda presente, de passar por cima das divergências, escamoteando o debate.

Temos que ser mais ousados no processo de rompimento com a estrutura sindical atrelada, o que exige políticas claras e definidas.

O Congresso mostrou que a diversidade não é só econômica, mas também política. A CUT pela Base apresentou contribuições fundamentais que foram incorporadas pelo Congresso, apesar da resistência de alguns setores da Articulação,

força amplamente majoritária.

Houve um processo importante de Unificação das teses da Articulação e a CUT pela Base, dando origem a uma tese-guia comum. Foi um grande avanço no sentido de desbloquear o debate e reconhecer que todos têm uma contribuição a dar.

Continuaremos empenhados em contribuir para que setores da Articulação, ainda agarrados a práticas excludentes, superem sua postura equivocada.

Democracia interna também é unidade na diversidade.

"Construir o coletivo de direção"

Que significa tua participação na Executiva do DNTR?

Elvino - É um sinal do progresso da CUT pela Base como força política em construção no campo, refletindo a política correta desde a elaboração de nossa tese. Como corrente, queremos contribuir para a construção dum coletivo de direção, democratizando a discussão e consolidando o DNTR.

Estamos certos que isto repercutirá positivamente no interior da Central, contribuindo para romper com a prática monolítica e para o aprofundamento da democracia interna.

EUROPA BURGUESA E REUNIFICAÇÃO ALEMÃ

A crise da burocracia no Leste e as contradições capitalistas no Ocidente

A chamada grande imprensa vem escamoteando sistematicamente fatos e informações da maior importância para a compreensão dos acontecimentos em curso no velho mundo.

Desloca para um segundo plano os problemas da unificação da Europa capitalista, para pintar um quadro em que sobressaia isoladamente, o desmoronamento das burocracias stalinistas do leste europeu, apresentado como se fosse o fracasso do socialismo.

Omite a questão da unificação política (já posta na ordem do dia) e não apenas da unidade econômica da Europa burguesa - e que traz à tona as contradições e choques que corroem as entranhas do capitalismo.

Os regimes capitalistas são pintados como saudáveis politicamente, prósperos economicamente e confiáveis moralmente.

Os dados e observações articulados pelos analistas Claude Gabriel e Gabriel Maissin, na imprensa revolucionária europeia, entretanto, permitem traçar outro quadro, a seguir delineado.



Isaac Akcelrud

Os últimos acontecimentos estão convergindo para um ponto sensível - já não basta a unificação econômica, é preciso um controle político supranacional. Os velhos estados nacionais capitalistas têm que renunciar a poderes essenciais por força da crescente concentração do capital europeu, empenhado em criar um mercado unificado de 323 milhões de consumidores solváveis e arrancar para a modernização da produção, com novas tecnologias, e assim enfrentar a concorrência americana e japonesa (e eventualmente escapar ao contágio duma crise econômica).

A unificação política dos doze parceiros da comunidade Econômica Européia (CEE) deve viabilizar a desejada unificação econômica. De fato a questão foi precipitada pela reunificação alemã. A recente reunião de cúpula dos doze, em Dublin, colocou a em pauta para definir posição ante o impacto duma Alemanha unificada sobre o processo da unificação econômica européia. Ao mesmo tempo Mitterand discutiu com o alemão Kohl e com a sra. Thatcher a perspectiva de transferir poderes dos atuais estados nacionais para órgãos "comunitários", particularmente nas políticas externas e de defesa. Diplomacia e forças armadas, em termos capitalistas, são uma só causa. A burguesia só entende de política à sombra dos canhões ou na esteira dos foguetes com várias ogivas...

As aflições do grande capital se resumem em dois pontos:

1 - A transferência de poderes para um órgão supranacional e uma garantia ou um risco para os capitalistas dominantes em cada país?

2 - Essa transferência terá credibilidade e legitimidade suficientes para manter o controle social indispensável ao domínio burguês?

Alemanha e Europa

Estas perguntas traduzem a recíproca falta de confiança e o temor de perder o controle político. A reunificação da Alemanha que, teoricamente, poderia arrefecer seu interesse pela unidade européia, na prática se revela um reforço do imperialismo teutônico em face de seus aliados/concorrentes e, portanto, um estímulo perigoso à participação da unificação européia. A Alemanha surge como a nova superpotência dominante da reestruturação continental em marcha, desequilibrando o quadro em favor dos imperialistas alemães ocidentais.

Esta situação não se formou repentinamente. Vem amadurecendo a tempos. Alguns dados mais recentes: os ativos da RFAS, no exterior, em 1983, somavam 20 bilhões de dólares, mas em 1989, já eram 474 bilhões. O saldo de sua balança comercial já é maior que a do Japão. Desde a derrubada do muro de Berlim, as bolsas alemãs ocidentais ultrapassaram a bolsa de Londres. O Deutsche Bank comprou 15,2% do grupo Fiat e pagou 1,5 bilhão de dólares pelo Morgan inglês, que lhe dá participação destacada na bolsa londrina. Em 1989,

a fusão da Messerschmitt (indústria bélica) com a Daimler-Benz (indústria automotiva) criou um novo gigante militar-industrial.

Mas esse colosso industrial não é uma potência política. Não pode ter força nuclear, por exemplo. Até a reunificação alemã sofrer a interferência das quatro potências ocupantes (EUA, URSS, França e Inglaterra) que ganharam a guerra. A reunificação alemã é uma alavanca para a reconquista da plena soberania política através da supremacia germânica da unificação européia.

Este é o ponto de convergência do duplo interesse alemão que resulta na política de aceleração simultânea dos dois processos de unificação - o da Alemanha (nova superpotência) e o da Europa (que pretende dominar).

É um caminho cheio de dificuldades, pois desta rivalidade e aguçada a competição entre os estados nacionais, já superados - a internacionalização do capital coloca as necessidades de estruturas de gestão da política econômica e imperativos políticos que ultrapassam completamente o alcance dos Estados "nacionais".

Marcha lenta

A simples enumeração das questões ligadas a unificação política, ainda que limitada a defesa e política externa, é suficiente para provar que o processo sofre pressões de todos os lados e está sujeito a repentinas mudanças de ritmo. Será preciso

reorganizar a Aliança Atlântica (OTAN), o que implica num deslocamento e até redução do peso militar americano. Ao mesmo tempo, a "defesa européia", isto é, a redistribuição do poderio militar no velho continente, implica numa indústria integrada de armamento. São questões que não se decidem em nenhum debate parlamentar, pois dependem tão somente da relação material de forças. É possível que os alemães ocidentais se declarem dispostos a "ceder" parte da soberania estatal em favor de parte da unidade política européia.

Também é possível escapar à questão da legitimidade. Na medida em que os capitalistas se valem da unificação para reduzir os custos sociais dos Estados nacionais, o proletariado europeu será cada vez mais pressionado a resgatar sua tradição de luta para, pelo menos, manter suas conquistas sociais históricas.

De outro lado está o desafio das transformações em curso na Europa Oriental, onde subsiste a possibilidade duma crise política no cenário da decomposição da ditadura da burocracia. Uma cada vez mais possível presença independente do proletariado, com voz e organização próprias, traria à tona a iminência da revolução política capaz de frustrar todo o esquema de reconstrução do poder do capital na Europa Oriental.

A burguesia européia trilha uma estreita estrada na escarpa montanhosa. Está sendo forçada a conduzir o processo em marcha lenta. Isto pode oferecer aos trabalhadores o tempo que precisam para recuperar a iniciativa.

Nasceu no Paraguai uma nova organização política revolucionária. O Partido Democrático Popular (PDP) foi constituído pela decisão de 150 delegados presentes ao Congresso de fundação da nova agremiação, que aprovou também a fusão do Movimento Democrático Popular (MDP), o Partido Operário Camponês (POC) e o Movimento Independente de Trabalhadores "1º de maio" (MIT-1º de Maio).

O Congresso teve lugar em Asunción, capital do Paraguai, nos dias 27, 28 e 29 de abril e contou com a participação de várias delegações nacionais e internacionais com destaque para a presença do PT, na pessoa de João Machado, da Executiva Nacional e responsável pela Secretaria de Relações Internacionais.

O Congresso do PDP adotou uma resolução sobre "bases programáticas" que articula o programa de libertação nacional à luta pela construção de uma sociedade socialista baseada na mais ampla participação popular, através da organização do poder popular com base na ampliação dos direitos e as li-

berdades democráticas para as massas.

Internacionalismo

Outro elemento importante na definição programática do novo partido diz respeito à crítica à burocratização dos regimes do Leste Europeu. As resoluções do Congresso salientaram ainda a importância do internacionalismo para o avanço das lutas pela libertação dos povos oprimidos de Terceiro Mundo e dos países de "socialismo real". Com o objetivo de dar concretude à defesa das posições internacionalistas, o Congresso deliberou também pela prioridade na defesa da revolução centro-americana e cubana.

Foi aprovado também um

documento sobre conjuntura e tarefas que detalha a intervenção do Partido no próximo período, com destaque para a caracterização do atual governo do General Rodriguez como um modelo "democracia restringida" em processo de implantação. Neste aspecto o documento destaca o grande crescimento das lutas sociais nos mais variados estratos do movimento operário e popular, como contraponto desestabilizador das tentativas do imperialismo de impor um novo modelo de dominação.

Frente do Povo

O Congresso deliberou sobre a formação de uma "Frente do Povo", expressão da unidade ampla dos setores da esquerda e dos setores operários e populares do país. A primeira tarefa definida para a Frente do Povo será a constituição da frente eleitoral para participar das eleições municipais marcadas para fevereiro de 1991. Trata-se da primeira eleição onde a esquerda paraguaia poderá participar em toda sua história. O ascenso das lutas, o impasse dos projetos burgueses nesta transição "sui generis" apontam perspectivas reais de crescimento para o PDP e os demais partidos e organizações do campo popular. A decisão do PDP de construir no país uma alternativa democrática e popular deverá vencer, ainda, as fragilidades e incompreensões de uma esquerda que, no caso do Paraguai, foi obrigada a viver em condições absolutamente desfavoráveis.

Pela direita, setores reformistas da direção da Central Unitária de Trabalhadores (CUT) e o Partido Comunista acenam com o lançamento de candidaturas que opõe a aliança com setores dos partidos tradicionais. Pela esquerda deverá fazer frente à pregação ultra-esquerdista PT (Partidos dos Trabalhadores - Paraguai) vinculados às posições políticas do morenismo (no

Brasil, da CS), que recusam a estratégia da frente unitária do campo operário e popular.

Um pouco de história

O Partido Democrático Popular nasceu da fusão de 3 organizações políticas que expressam alguns dos aspectos fundamentais da intervenção da esquerda na política paraguaia. O Movimento Independente de Trabalhadores "1º de Maio", é uma organização que incorpora ao PDP uma longa tradição de militância revolucionária, herdeira das experiências da guerrilha da década de 60. O Partido Operário Camponês soma ao novo partido a combatividade e a liderança do movimento camponês

nas lutas de classe do país. E, finalmente, o Movimento Democrático Popular acrescenta ao novo projeto político a jovem vanguarda de esquerda nascida do último período de crise da ditadura de Stroessner.

Desse modo, a formação do PDP promete constituir um novo marco na história da esquerda do país. Num momento em que os regimes burocratizados do Leste Europeu são derrubados pela rebelião da classe trabalhadora desses países, o surgimento de um novo partido socialista, com implantação de massas e com vocação internacionalista prova a vitalidade do programa do socialismo democrático.

Félix Sanchez



Paraguai

Nasce o Partido Democrático Popular

Nicarágua

Sandinista caluniados na imprensa soviética



Os burocratas russos tentam encobrir suas culpas e responsabilidades no abandono da revolução nicaraguense à sanha dos imperialistas americanos por meio de caluniosos ataques à Frente Sandinista. É um conhecido método stalinista ao qual recorreu o jornal Notícias de Moscou, em sua edição francesa, a pretexto de fazer um "balanço" da revolução ao propósito do revés eleitoral que ela sofreu recentemente.

Habitados às falsificações da história, afirmam que os sandinistas tomaram o poder em 1979 na crista dum "golpe de Estado". Assim se passa um esponja e se apaga toda a resistência guerrilheira à ditadura do clã Somoza e se nega cinicamente a

epopéia da insurreição popular vitoriosa.

Os sandinistas são acusados de desperdiçar a "chuva de ouro" da "ajuda" de Moscou e de terem desalojado aliados de poder através uma "farsa eleitoral". Sobram, nesse contexto, ataques à Cuba. É todo um arrazoado para dissociar o Kremlin da revolução centro-americana.

São conhecidas as razões dessa política de traição. A diplomacia da perestroika busca entediamento com os Estados Unidos sobre os "conflitos regionais" na base do sufocamento das resistências e rebeliões contra a espoliação imperialista. É a negação da política leninista de apoio incondicional a autodeterminação nacional.

África do Sul

Ação socialista dos trabalhadores negros



Na África do Sul, numerosos grupos da esquerda socialista decidiram unir-se para formar uma entidade de âmbito nacional, a Organização dos Trabalhadores para a Ação Socialista (Workers Organisation for Socialist Action WOSA). Eis alguns trechos da resolução:

"A WOSA é uma organização unitária, formada na Cidade do Cabo, nos dias 14 e 15 de abril de 1990 (...). Nossos princípios básicos são os seguintes: lideranças da classe operária negra (isto é, todos os que não brancos, n.da r.), anti-imperialismo, anti-capitalismo, anti-sexismo, cada pessoa um voto num país sem divisões de raça. Acreditamos na direção coletiva, no con-

trole sobre as direções e na democracia (...)."

"Os pontos centrais de nosso programa de ação referem-se à classe operária negra em particular e a todas pessoas exploradas e oprimidas em geral: a moradia, a terra, a educação, a saúde, os salários e as questões específicas das mulheres".

"A WOSA é partidária de uma frente unida das organizações de libertação que desenvolvem os interesses da classe operária e não as comprometem (...). Reivindicamos uma tática única que coloque os interesses da classe operária na linha de nossas preocupações."

Colóquio Internacional - Leon Trotsky

Em Wuppertal, Alemanha Ocidental, realizou-se o Colóquio Internacional Leon Trotsky, com 120 participantes de todo o mundo. O conjunto das contribuições eleva-se a 1.500 páginas. A maior parte será publicada em várias línguas. O colóquio foi centrado em três temas: o papel de Trotsky, da revolução

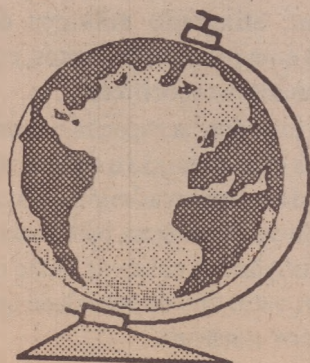
de 1917, até sua expulsão da URSS; sua contribuição à análise da sociedade soviética e as contribuições de Trotsky ao desenvolvimento do marxismo. Foram apresentados trabalhos sobre a revolução espanhola. Vários soviéticos debateram o tema Trotsky e a literatura.

Greg Benton, da Universidade

de Leeds, tratou de Trotsky e a revolução chinesa, tema também focalizado por um universitário de Pekim. Kerestin Hebert, da Academia de ciências da RDA, abordou o tratamento dado a Trotsky na historiografia soviética. O professor Felchinski, da Universidade de Stanford, EUA, confrontou a concepção trots-

kista com a teoria do "socialismo num só país". Temas correlatos a este último foram colocados por Firsov e Koslov, da URSS e Britovsek, da Universidade de Liuliano, Iugoslávia.

Pierre Broué anunciou o breve lançamento de sua monumental biografia de Trotsky, em Moscou. Será lançado igualmente o primeiro volume das Obras Escolhidas de Trotsky na União Soviética.



A decisão de Lula de não se candidatar nestas eleições sinaliza para o conjunto da sociedade que a atividade parlamentar não é o fim último do PT nem a principal tarefa na organização dos Trabalhadores. Por outro lado, a decisão obriga o Partido à discussão sobre os limites do sistema representativo atual e a participação do PT nesse Parlamento. Raul Pont, 46 anos, o deputado estadual mais votado pelo PT no Rio Grande do Sul que concorre agora à Câmara Federal - analisa aqui a experiência da bancada gaúcha, onde o Partido tem 4 deputados estaduais e dois federais.

O que é subordinação ao Partido na ação parlamentar?

Raul - O importante é saber combinar a atividade parlamentar com a ação fora do Parlamento, subordinando-as à política do partido. Ou seja, fazer com que cada projeto, pronunciamento ou ação parlamentar esteja dentro dos objetivos e seja de conhecimento partidário. Essa ação conjunta se realiza pela socialização regular das experiências, nas reuniões de bancada, até o estabelecimento de critérios coletivos na contratação e remuneração das assessorias parlamentares. O vínculo com o Partido e os critérios orgânicos e salariais na bancada, nos gabinetes, consolidam a confiança e a transparência da atividade parlamentar.

É possível fazer do mandato uma tribuna Popular?

Raul - Apesar do boicote, do cerceamento que sofremos da grande imprensa, a Tribuna pode ser um instrumento útil no enfrentamento político e ideológico. Podemos citar como exemplos os episódios de denúncia do regime militar, em uma homenagem ao Dia do Soldado, quando todos os oficiais presentes se retiraram do Plenário criando um fato político nacional. A denúncia de conhecidos torturadores que reapareciam em cena como o Ten. Cel. Brilhante no início dos anos 70. Também nos momentos de mobilização do funcionalismo público, magistério, dos trabalhadores das estatais, por exemplo.

Presta-se para a propaganda da nossa estratégia socialista e para a recuperação de uma memória histórica e a análise profunda dos acontecimentos, consolidando e legitimando um projeto como sério e alternativo, rompendo com preconceitos e até tabus sobre alguns temas.

O PT introduziu nos legislativos a luta pela moralização, muito antes dela virar modismo...

Ação Parlamentar subordinada à política e objetivos do PT

Raul Pont, candidato a deputado federal, analisa a experiência da bancada petista gaúcha.

Loiz Gonçalves



Raul Pont

Raul - Mesmo que Collor tenha levado a fama de caçador de marajás é indiscutível que a presença do PT nas diferentes instâncias parlamentares tem sido muito mais eficaz para combater os privilégios e mordomias que o regime militar foi concedendo aos parlamentares para domesticá-los e corrompê-los.

Nas Câmaras e Assembléias em que o Partido atua ampliou-se, o combate sem tréguas às aposentadorias privilegiadas com dinheiro público, às verbas orçamentárias repassadas para clientelismo eleitoral, e aos privilégios pessoais de toda ordem. Esta não é somente uma questão moral

É um problema político. Ao enfrentá-lo denunciaremos um modelo de sistema representativos que não queremos, sinalizando para a superação desse tipo de parlamentar e avançando para outro sistema representativo. Um parlamento que não separe e autonomize o vereador ou deputados das atividades econômicas, que permita a revogabilidade dos mandatos e não estabeleça as gritantes distorções com os assalariados em geral.

E como foi a participação na Constituinte Estadual?

Raul - Assim como a Constituinte Federal já nasceu ilegítima, não foi soberana nem democrática, transformou o Congresso eleito num corpo Constituinte com deputados e senadores já eleitos com critérios distintos, as Constituintes estaduais não fugiram à essa regra. Mas o embate permitiu avanços apesar dos limites. Garantiu maior direito de organização e democracia ao funcionalismo público. Obrigou o Estado publicar regularmente balances e fluxos de caixas o que hoje, em momento de reivindicação de reposição

das perdas salariais do Plano Collor, pelo magistério e funcionalismo público, nos permite desmascarar o falso argumento do Governo do PMDB de que não tem dinheiro para esse reajuste. Na Constituinte também conseguimos inovações como o direito de emendas populares, apresentadas por entidades ou movimento popular, à lei do Orçamento Estadual. Isto, além do potencial de denúncia e mobilização, que passa a se reproduzir anualmente na discussão do Orçamento, também permite efetivamente a destinação de recursos para os setores do Estado considerados prioritários para o movimento popular. Foi ampliado o direito de sindicalização do funcionalismo estendendo-se aos policiais militares, que já se organizam em associação profissional.

Que outros recursos tem o Parlamento?

Raul - Mecanismos como a CPI e as Comissões Especiais transformam-se em um valioso instrumento de denúncia,

agitação e esclarecimento, como demonstraram as experiências que tivemos com a CPI sobre o ensino, constatando o total desmantelamento da rede de ensino do Estado. E com a Comissão Especial sobre as Finanças Públicas, uma radiografia da crise financeira do Estado em que desmascaramos o discurso do PMDB, que culpava o funcionalismo por essa crise cujos maiores responsáveis são a sonegação de impostos e os incentivos dados pelo Estado às grandes empresas privadas. A estrutura do Parlamento permite a reprodução de informativos da atividade parlamentar, atingindo milhares de pessoas com pronunciamentos, estudos, análises específicas.

Essa experiência capacita e forma quadros com domínio e o conhecimento da máquina administrativa, das políticas financeiras, habilitando-os às funções executivas neste ou para um outro tipo de sociedade que queremos construir.

IMPRESSO

Porto pago

DR/SP	ISR 40-2063/85*
DR/RS	ISR 49-083/88



Rua Artur Azevedo, 556 — CEP 05404
São Paulo — SP